



LEONARDO SANTOS MATIAS

**SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO
QUALITATIVA DE LITERATURA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MURIAÉ

2023



LEONARDO SANTOS MATIAS

**SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO
QUALITATIVA DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Psicologia do Centro Universitário
FAMINAS.

Orientador: Arthur Venuto Lopes Viana

MURIAÉ

2023

LEONARDO SANTOS MATIAS

**SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO QUALITATIVA DE
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às unidades de ensino do décimo período do Curso de Psicologia do Centro Universitário FAMINAS, como requisito parcial a sua integralização.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Arthur Venuto Lopes Viana – Orientador

Prof. Marina Tente Silva

Prof. Danielly Castro

NOTA: 95

MURIAÉ

2023

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca não apenas o encerramento de uma etapa acadêmica, mas também o resultado de uma jornada repleta de desafios, aprendizados e conquistas. Neste momento, expresso minha profunda gratidão a todos que contribuíram para o desenvolvimento e a realização deste trabalho.

Primeiramente, agradeço à minha família e namorada pelo apoio incondicional ao longo de toda essa trajetória. A compreensão, paciência e estímulo foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar aos estudos e superar obstáculos. Vocês são a base sólida que sustenta todas as minhas conquistas.

À meu orientador, Arthur Venuto, pela orientação dedicada e pelo compartilhamento generoso de conhecimento. Suas sugestões e insights foram cruciais para a construção de um trabalho consistente e de qualidade. Agradeço também pela paciência demonstrada em momentos de dúvida e pela confiança depositada em meu potencial.

Aos professores e colegas de curso, cujas trocas de experiências e debates enriqueceram meu entendimento sobre o tema abordado. Cada aula, discussão e desafio proposto contribuíram significativamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Não posso deixar de mencionar meus amigos, que estiveram ao meu lado nos momentos de tensão e descontração. A presença de vocês trouxe leveza e equilíbrio, tornando essa jornada mais significativa e prazerosa.

Agradeço também a todas as fontes de inspiração que encontrei nos livros, artigos e pesquisas que consultei. Cada autor e cada obra contribuíram para a construção do conhecimento que fundamenta este trabalho.

Por fim, expresso minha gratidão a todos que, de alguma forma, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste projeto. Este é não apenas meu trabalho, mas um esforço coletivo que reflete a importância das relações e das conexões que construí ao longo do caminho. Que este seja apenas o início de uma jornada repleta de novos desafios e descobertas. A todos, o meu mais sincero obrigado.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão qualitativa de literatura sobre a temática da sexualidade e educação infantil, com o objetivo de analisar a produção acadêmica publicada nos últimos 10 anos. A metodologia utilizada foi a metassíntese qualitativa, que integra e interpreta resultados qualitativos de diversas pesquisas, como fenomenologia, etnografia e teoria fundamentada nos dados. Foram encontrados 94 artigos, dos quais 14 foram incluídos na análise final. A revisão destaca a compreensão da sexualidade por meio dos marcos teóricos dos estudos e examina sua relação com a educação infantil no contexto político e social do Brasil. Os resultados mostram que a educação sexual pode ser trabalhada de forma adequada na educação infantil, desde que seja realizada de forma cuidadosa e respeitosa, considerando as especificidades de cada faixa etária e o contexto social e cultural em que as crianças estão inseridas. No entanto, a revisão também aponta para os desafios enfrentados pelos educadores ao abordar a sexualidade com crianças, como a falta de formação adequada, a resistência de alguns pais e a falta de políticas públicas que apoiem a educação sexual nas escolas. Além disso, a análise aborda como a política tem sido moldada e influenciada por concepções sociais sobre sexualidade, refletindo, por sua vez, sobre como as políticas sexuais podem impactar a vida cotidiana dos indivíduos. Em resumo, este trabalho apresenta uma revisão abrangente e atualizada sobre a temática da sexualidade e educação infantil, destacando os principais desafios e oportunidades para a promoção de uma educação sexual adequada e respeitosa nas escolas brasileiras.

Palavras-chave: Sexualidade; Educação Infantil; Política Sexual.

ABSTRACT

This paper provides a qualitative literature review on the topic of sexuality and early childhood education, aiming to analyze academic production published in the last 10 years. The methodology employed was qualitative metasynthesis, which integrates and interprets qualitative results from various research approaches such as phenomenology, ethnography, and grounded theory. Ninety-four articles were identified, of which 14 were included in the final analysis. The review emphasizes understanding sexuality through theoretical frameworks and examines its relationship with early childhood education in the political and social context of Brazil. The results indicate that sexual education can be appropriately addressed in early childhood education, provided it is conducted carefully and respectfully, taking into account the specificities of each age group and the social and cultural context in which children are immersed. However, the review also points out challenges faced by educators in addressing sexuality with children, including a lack of adequate training, resistance from some parents, and a lack of public policies supporting sexual education in schools. Additionally, the analysis discusses how politics has been shaped and influenced by social conceptions of sexuality, consequently impacting individuals' daily lives. In summary, this paper presents a comprehensive and up-to-date review on the topic of sexuality and early childhood education, highlighting key challenges and opportunities for promoting appropriate and respectful sexual education in Brazilian schools.

Keywords: Sexuality; Child Education; Sexual Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. Capítulo I – O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL	12
1.1 – As manifestações de 2013 e as eleições	13
1.2 – Início do governo Dilma e seu súbito fracasso	16
1.3 – A Institucionalização do conservadorismo	20
2. Capítulo II – SEXUALIDADE	25
2.1 – Sexualidade, Gênero e Identidade	26
2.2 – Dimensão política e moral da sexualidade	31
2.3 – Reflexão sobre a violência e exploração sexual	36
2.4 – Contribuições da psicanálise	38
3. Capítulo III – EDUCAÇÃO INFANTIL	42
3.1 – Uma outra perspectiva para a educação infantil	43
3.2 – A participação da docência na sexualidade	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
Referências Bibliográficas	54
Anexos	59

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a sexualidade na educação infantil tem sido abordada no Brasil, onde propostas para o debate têm sido pautadas desde o século passado, no entanto a temática só ganha força a partir da institucionalização de direitos que promovam o desenvolvimento e a proteção integral das crianças. Apesar disso, ainda hoje existe um embate para determinar a pertinência deste trabalho no ambiente escolar, refletindo o encontro de opostos ideológicos e políticos sob outra 'configuração, uma vez que questiona a relevância da construção de valores no âmbito acadêmico, ao invés de fortalecer o comprometimento do Estado em relação ao desenvolvimento desses indivíduos (GAVA e VILLELA, 2016).

A premissa do desenvolvimento do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) parte da definição de que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, em situação singular de desenvolvimento, e por isto, demandam proteção prioritária e integral da família. Concomitante a isto, a Constituição infere sobre a garantia de uma qualidade de vida saudável, digna e principalmente assegura o acesso à educação (BRASIL, 1990). Isto posto, é explícito o dever do Estado em caucionar o acesso à informação proporcionando reflexão e instigando a transformação do ambiente escolar, o que se insere no debate da sexualidade, uma vez que, segundo Gava e Villela (2016, p. 165): “A presença da sexualidade [na escola] independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de educação sexual, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares.”

Todavia, não é essa a realidade encontrada hoje. No cenário político, um dos pontos que compõe o pano de fundo que abrange a problemática está conectado com a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014. Por meio do Ministério da Educação, o PNE tem como objetivo estabelecer diretrizes que garantam o acesso à educação e ofereçam estratégias para promover um ensino de qualidade no país, além disso, visa incutir sobre os temas acerca da sexualidade e identidade de gênero na educação nacional (BRASIL, 2014).

Segundo Reis (2016), a ausência dos termos no PNE não impede a comunicação e a ampliação das discussões sobre gênero, sexualidade e orientação

sexual. No entanto, desenvolver leis educacionais com base na naturalização de papéis sociais, no modelo de família heterossexual e patriarcal, e em fundamentos religiosos significa não reconhecer que gênero e orientação sexual são questões relacionadas à saúde pública, à justiça social e à educação, e não uma ameaça à concepção natural de família ou às tendências do movimento LGBT. Portanto, o conceito de gênero, assim como raça e classe, é essencial para compreender a desigualdade e a violência histórica no Brasil, e enfrentá-las é fundamental para uma sociedade mais justa.

No entanto, com a chegada de uma nova proposta de governo é indubitável como as intervenções sobre esta estrutura iriam na contramão da perspectiva vigente, principalmente nas pautas supracitadas. Durante o período de 2014 a 2018, a ascensão do *bolsonarismo*¹ no Brasil trouxe consigo elementos de pânico moral e sexual disseminados pela agitação conservadora, impulsionada pelo bolsonarismo e aliados. Esse pânico permeou toda a sociedade, influenciando o processo eleitoral e contribuindo para a eleição de Bolsonaro. As manifestações ocorridas em 2015 e 2016, protagonizadas pela classe média, destacaram a pauta conservadora e o pânico em relação às questões sexuais. A igreja evangélica neopentecostal teve um papel relevante nesse contexto, impondo valores da família tradicional cristã e contestando os direitos de grupos dissidentes, o que representou uma fragilização da ordem democrática e uma ameaça aos direitos e à cidadania de grupos marginalizados (BRAGA et al., 2020; BRITO, 2020).

Em decorrência disto, emprega-se o Projeto de Lei *Escola sem Partido*, que em suma, visa centralmente à censura de estudantes e professores no ambiente escolar, com a justificativa de inibir práticas de doutrinação ideológica e/ou política, além de desapropriar o direito dos pais em relação à educação moral de seus filhos (BRITO, 2020; GAVA e VILLELA, 2016). O Projeto de Lei 1859/2015, propõe que as escolas não incluam em seu currículo disciplinas que abordem a chamada ideologia de gênero, alegando que essa abordagem tenta modificar a

¹ O termo bolsonarismo refere-se ao movimento político associado ao presidente brasileiro Jair Bolsonaro, caracterizado por sua postura conservadora, visão econômica liberal e polarização na sociedade. Este fenômeno influencia políticas e debates no Brasil desde a ascensão de Bolsonaro à presidência em 2019, gerando tanto apoio fervoroso quanto críticas intensas (BRITO, 2020).

heterossexualidade em homossexualidade. Essa proposta proibiria o uso dos termos *gênero* e *orientação sexual* no contexto escolar, por meio de uma possível alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRAGA et al., 2020).

Além disso, a violência sexual é um outro importante ponto nesse debate. De acordo com dados do SINAN, em 2021, foram registrados 20.251 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo 87,7% desses casos praticados contra meninas. A maioria dos casos (76%) ocorreu na residência da vítima, em conformidade com o perfil do agressor, que geralmente é um amigo, conhecido ou familiar. Cerca de 54,3% dos casos apresentaram recorrência, sendo 48,7% em meninas e 5,6% em meninos. Entre os agressores, os amigos e conhecidos foram os mais comuns (33,5%), seguidos pela categoria *outros vínculos* (17,89%) e padrastos (12,67%) (HADAD e SOUZA, 2023).

Devido a ocorrência predominante no seio familiar – o que dificulta a quebra desse sigilo – o espaço escolar se torna fundamental no processo de detecção e prevenção ao abuso, uma vez que indicadores podem ser captados na sala de aula. Contudo, a falta de conhecimento especializado sobre o assunto por parte dos professores implica diretamente sobre a discussão. Deste modo, se faz essencial a formação adequada desses profissionais, além do reconhecimento de sua efetiva participação na temática (CAMPOS e URNAU, 2021; SPAZIANI e MAIA, 2015).

Corroborando com isto, dado o entendimento que a sexualidade se manifesta também na escola, é crucial enfatizar que a educação sexual se estabelece em uma relação saudável e dialógica para o desenvolvimento psicosssexual e promove o acesso a informações que permitam prevenir também à violência sexual, tendo em vista que o pensamento hegemônico expressado neste ambiente atualmente, revela uma configuração da noção do infantil enquanto inocente e assexuada, o que perpetua uma omissão da propagação dessas informações, dificultando esse diálogo (CAMPOS e URNAU, 2021).

De tal modo, conceder um espaço de fala para essas crianças é problematizar as relações de poder e gênero, visando incentivar o debate sobre a sexualidade infantil e explorar a problemática junto a elas. Na medida em que a compreensão dos professores a respeito dessa questão é válida como um forte

indicador de proteção e cuidado para com as crianças, a formação e o diálogo aberto sobre sexualidade entre professores e alunos se tornam indispensáveis para garantir a segurança e o direito à informação das crianças. A prevenção da violência sexual infantil deve ser integrada à educação para a sexualidade na escola, questionando normas sociais e promovendo o empoderamento delas. (SPAZIANI e MAIA, 2015).

O objetivo geral deste trabalho é analisar a produção acadêmica publicada nos últimos 10 anos sobre a temática da sexualidade e educação infantil, buscando quantificar e discutir os artigos encontrados. Pretende-se destacar a compreensão da sexualidade por meio dos marcos teóricos dos estudos e examinar sua relação com a educação infantil no contexto político e social do Brasil.

A metodologia utilizada para a produção dos dados foi a metassíntese qualitativa, compreendendo a como uma abordagem que integra e interpreta resultados qualitativos de diversas pesquisas, como fenomenologia, etnografia e teoria fundamentada nos dados. Essa integração vai além da simples soma dos resultados individuais, oferecendo uma nova interpretação dos fenômenos estudados. As metassínteses proporcionam uma descrição coerente ou uma explicação sobre um determinado evento ou experiência. Os métodos utilizados incluem constante comparação, análise taxonômica, tradução recíproca de conceitos e utilização de conceitos importados para enquadrar os dados. A validade da metassíntese reside na lógica integradora que se reflete no produto final, e não na replicação lógica dos estudos individuais (LOPES e FRACOLLI, 2008).

Desta forma, podemos evidenciar as estratégias utilizadas estruturadas em quatro etapas da seguinte maneira: a primeira resumiu-se num levantamento das produções especificadas pelas palavras-chave sexualidade e educação infantil sendo encontrado um total de 94 artigos. Na segunda etapa do processo, realizou-se a metassíntese de títulos. Para isso, foi elaborado um mapa que destaca os pontos centrais essenciais para a análise. Este mapa encontra-se disponibilizado no campo de anexos para referência. Durante esse procedimento, os textos foram submetidos a um filtro que priorizou aqueles redigidos em língua portuguesa e publicados no intervalo temporal entre 2013 e 2023. Este intervalo foi selecionado

em virtude de abranger o período de maior produção acadêmica sobre a interseção da sexualidade e a educação infantil. A seleção foi conduzida na base de dados indexada LILACS, escolhida devido à sua ampla disponibilidade de artigos relevantes. O resultado compreendeu um total de 20 artigos que foram incluídos na análise. A terceira fase consistiu na metassíntese de resumos, classificados de acordo com a questão norteadora do artigo, a qual resultou num quantitativo de 14 artigos. E por fim, foram levadas à análise a produção dos artigos e materiais complementares para checar e validar as informações encontradas, no qual foram apresentados no desenvolvimento do referido trabalho, sendo exibidos os principais argumentos teóricos utilizados e autores de referência para a construção dos textos.

Nos próximos capítulos, imergiremos em uma análise profunda do cenário político da sexualidade, examinando as complexas interseções entre as esferas política e sexual. Abordaremos como a política tem sido moldada e influenciada por concepções sociais sobre sexualidade, refletindo, por sua vez, sobre como as políticas sexuais podem impactar a vida cotidiana dos indivíduos. Em seguida, exploraremos a noção multifacetada de sexualidade, desbravando suas dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Este exame crítico dos artigos permitirá uma compreensão mais aprofundada das construções culturais e históricas que moldam nossas percepções sobre a sexualidade. Por fim, dedicaremos uma atenção especial ao papel crucial desempenhado pela educação infantil nesse contexto complexo. Analisaremos como a educação infantil pode ser tanto um espaço de reprodução de normas tradicionais quanto um ambiente propício para a desconstrução desses paradigmas, influenciando a formação das identidades sexuais desde os estágios iniciais do desenvolvimento humano. Em conjunto, esses temas formarão uma análise abrangente e contextualizada das interações entre sexualidade e educação infantil.

1. O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL

Neste capítulo, adentraremos no complexo cenário político de 2013, um ano marcado por efervescência social e políticas polarizadoras no Brasil. Especificamente, concentraremos nossa atenção na temática da sexualidade, que

emergiu como um ponto focal de debates e mobilizações. Neste contexto, veremos como as discussões sobre gênero, orientação sexual e direitos das minorias ganharam uma relevância ímpar, desencadeando reações diversas na sociedade e no campo político. Vamos explorar as dinâmicas, os atores e os eventos que contribuíram para a configuração desse ambiente político singular, que moldou de maneira significativa o curso dos acontecimentos nos anos subsequentes.

1.1 – As manifestações de 2013 e as eleições

O cenário democrático brasileiro experimentou uma inflexão política notável a partir de 2013. Nesse ano, manifestações significativas ocorreram, indo além da oposição ao aumento das tarifas de transporte urbano e abrangendo a luta pela criminalização da homofobia. As manifestações, lideradas pelo Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP) e grupos afins, não foram inteiramente espontâneas; ao contrário, foram precedidas por anos de organização e mobilização em prol da qualidade do transporte público. O primeiro ato dessas manifestações, inicialmente concentrado na questão do transporte público e predominantemente composto por estudantes, evoluiu à medida que a repressão policial e o despreparo da Polícia Militar impulsionaram uma adesão popular crescente. Isso culminou com mais de um milhão de pessoas nas ruas em 20 de junho de 2013. Esses eventos tiveram impacto não apenas na sociedade civil, mas também nas dinâmicas políticas do Estado, resultando em mudanças substanciais na linguagem, nas disputas ideológicas e na mobilização dos movimentos sociais (BRITO, 2020; FERREIRA e TAVARES, 2016; SCHERER-WARREN, 2014).

Vale destacar que quando finalmente se mobilizaram, reproduziram suas pautas históricas, incluindo reivindicações corporativistas do sindicalismo, mas também abrindo espaço para a inclusão de demandas de outros movimentos. As principais bandeiras de lutas das centrais sindicais incluíam a redução de preços e melhoria da qualidade dos transportes coletivos, mais investimentos em saúde e educação pública, fim do fator previdenciário e aumento das aposentadorias, redução da jornada de trabalho, fim dos leilões das reservas de petróleo, oposição

ao *Projeto de Lei 4330*², e a busca por reforma agrária. Além dessas pautas, cada setor deveria agregar demandas relacionadas à sua situação específica para fortalecer a mobilização da base e participar das greves e manifestações. Como resultado, surgiram outras pautas relacionadas a políticas sociais, mudanças políticas e culturais. Isso incluiu a criação de um marco regulatório dos meios de comunicação, que se tornou uma ampla manifestação contra o monopólio da mídia. Além disso, foram mantidas as pautas de manifestações anteriores, como transporte público, saúde, educação, moradia, violência policial, corrupção, bem como demandas por mudanças políticas e culturais, como a luta contra a homofobia, a favor da união civil homoafetiva e pautas feministas, como as da Marcha Mundial das Mulheres (BRITO, 2020; SCHERER-WARREN, 2014).

Essas manifestações foram impulsionadas pela insatisfação popular e pela falta de resposta dos governos às demandas populares. Embora tenham sido categorizadas de diferentes maneiras, como revolução, golpe ou retorno da ditadura, elas não representaram processos revolucionários nem buscaram o rompimento das estruturas sociais. Em vez disso, expressaram anseios por igualdade, liberdade e melhoria dos serviços públicos, refletindo os ideais modernos de uma sociedade mais justa (FERREIRA e TAVARES, 2016).

A regulação moral das condições de consumo, produção e uso, enfrenta o dilema de considerar que os indivíduos estão inseridos em sociedades e grupos que possuem formas distintas e autônomas de regulação e produção de identidades, além do universo econômico. No caso específico de junho de 2013 no Brasil, as mudanças nas condições de vida e no perfil da juventude tiveram um efeito oposto ao esperado. A universalização do direito à educação, o aumento do acesso ao ensino superior, a ampliação da internet, o consumo de eletrônicos e bens duráveis, as redes sociais, as transformações políticas e econômicas resultaram em uma geração de jovens com características distintas das anteriores, imersa em

² O Projeto de Lei 4330, também conhecido como PL da Terceirização, foi uma proposta legislativa no Brasil que visava regulamentar a terceirização de serviços, permitindo que empresas terceirizem atividades-fim, ou seja, aquelas diretamente relacionadas ao objetivo principal da empresa. O projeto gerou ampla discussão e controvérsia no país, com argumentos a favor e contra a sua aprovação (BRITO, 2020; SCHERER-WARREN, 2014).

experiências típicas do século XXI. Essas condições objetivas, muitas vezes negligenciadas, criaram uma base material, geracional e populacional que impulsionou manifestações de rua e causou um impacto significativo na sociedade brasileira (FERREIRA e TAVARES, 2016).

As críticas se dirigiam ao Estado, mas não à sua suspensão. Havia anseio por uma maior presença do Estado na promoção da urbanidade, intervenção e ordem cívica, serviços públicos de qualidade e participação na construção de um modo de vida ligado à social-democracia. Ao mesmo tempo, as manifestações extrapolaram a pauta inicial do aumento das passagens e demonstraram descontentamento com o status quo dos movimentos sociais e dos partidos políticos. Não se contestava a República, mas se buscava sua defesa e realização (FERREIRA e TAVARES, 2016).

Considerando o potencial criativo observado nos protestos de junho de 2013, esperava-se que os resultados desse movimento ultrapassassem a resistência ao aumento das tarifas de ônibus e promovessem uma democracia mais inclusiva e políticas públicas mais republicanas. Era especulado que uma nova agenda política surgiria, abordando questões como a reforma política e as questões de gênero/sexualidade, com maior participação da sociedade civil e atendendo às suas demandas e aspirações. No entanto, as eleições de 2014, especialmente as eleições para o Parlamento Federal, revelaram que as pautas de 2013 não se convergiram para as instituições políticas tradicionais. Dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar indicam que o Congresso formado em 2014 foi o mais conservador desde 1964, com um aumento no número de parlamentares alinhados à direita do espectro ideológico em comparação aos de esquerda. Além disso, houve uma maior fragmentação partidária, com o surgimento de partidos menores. Essa ascensão da direita deve ser compreendida como um novo movimento conservador, envolvendo não apenas os partidos tradicionais (PSDB, DEM, PP e PSD), mas também novos atores, como a influente *bancada evangélica*³(BRITO, 2020; FERREIRA e TAVARES, 2016).

³A bancada evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica é um grupo de parlamentares que compartilham a identificação com a religião evangélica. Juntos, defendem pautas ligadas à sua fé e à comunidade evangélica, buscando influenciar políticas públicas conforme os princípios dessa

Conforme observado por Lima (2019), a Frente Parlamentar Evangélica se destaca em seus discursos sobre questões morais em comparação com a postura mais discreta e moderada adotada pela Igreja Católica na defesa do conservadorismo. A autora menciona que a Frente Parlamentar Evangélica é composta por parlamentares que, no âmbito do Congresso Nacional, defendem suas convicções pessoais e os interesses da comunidade evangélica brasileira. Isso evidencia a estreita vinculação da Frente Parlamentar Evangélica com as pautas morais, uma vez que seus membros, parlamentares evangélicos, atuam na promoção de suas crenças pessoais e dos interesses da referida comunidade.

As eleições presidenciais de 2014 reproduziram a polarização política observada em anos anteriores, como em 2010, 2006, 2002, 1998 e 1994. No final, Dilma Rousseff, então presidente do Brasil e ex-ministra nos governos de Lula, foi reeleita em um segundo turno contra Aécio Neves, que na época era senador por Minas Gerais e ex-governador do estado por dois mandatos. Dilma recebeu 51,64% dos votos, totalizando 54.501.118 votos, enquanto Aécio obteve 48,36%, correspondendo a 51.041.155 votos. A diferença entre eles foi de quase 3,5 milhões de votos (BRITO, 2020).

1.2 – Início do governo Dilma e seu súbito fracasso

Logo nos primeiros meses do governo, foi promulgada a Lei nº 13.005, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), especificamente em 25 de junho de 2014 e possui um período de vigência de dez anos, a partir da data de sua publicação. No entanto, a inclusão de questões relacionadas a gênero, sexualidade e orientação sexual no documento enfrentou significativa resistência por parte da população. O artigo 2º do PNE estabelece como diretriz a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação" (BRASIL, 2014, p. 42). Entretanto, os participantes da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010 propuseram que o referido artigo incluísse como diretriz a "superação das

religião. Esses parlamentares são afiliados a diversos partidos, unidos pela afinidade religiosa (LIMA, 2019).

desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual" (BRASIL, 2012, p. 1).

Dessa forma, observa-se que houve divergências na definição das diretrizes do PNE, especialmente no que diz respeito à inclusão de questões relacionadas à igualdade de gênero e orientação sexual. A inclusão desses temas no plano educacional enfrentou resistências, evidenciando a complexidade e a sensibilidade envolvidas na busca pela promoção de uma educação mais igualitária e livre de discriminação (REIS, 2016).

Durante a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), houve resistência por parte de fundamentalistas religiosos, especialmente evangélicos, que distorceram e apresentaram argumentos retrógrados contra o conceito de gênero, chamando-o de *ideologia de gênero*⁴. Eles acreditavam que a inclusão dessa terminologia no PNE promoveria a homossexualidade e iria de encontro ao conceito de família heterossexual e patriarcal valorizado na cultura brasileira. Durante a tramitação do PNE no Congresso Nacional, esses fundamentalistas pressionaram pela substituição da diretriz que abordava gênero e orientação sexual, conseguindo obter mais votos a favor. Por outro lado, educadores e participantes de movimentos sociais, como o movimento feminista e LGBT, estiveram presentes para impedir essa alteração (REIS, 2016).

Essas divergências desencadearam questionamentos sobre a vitória de Dilma, instigando uma disputa intensa que se desdobrou tanto nas redes sociais quanto nas ruas. As manifestações, predominantemente contrárias ao governo, destacaram-se em número e fervor, caracterizando esse cenário inicial como uma espécie de *terceiro turno* das eleições. Paralelamente, a crescente contestação ao mandato de Dilma refletiu diretamente na queda de popularidade de seu governo, conforme evidenciado por pesquisas de opinião. Em dezembro de 2014, 42% dos

⁴No contexto brasileiro, o debate acerca da denominada ideologia de gênero emergiu durante as deliberações sobre o Plano Nacional de Educação em 2013. Segmentos considerados conservadores adotaram uma estratégia de apropriação de termos originários dos estudos de gênero e do movimento feminista, atribuindo-lhes um significado distinto do proposto originalmente. A perspectiva de gênero, que serve como fundamento para a construção de um campo de estudos e produção de conhecimento, foi vulgarizada e passou a ser tratada como uma ideologia (LEITE, 2019).

entrevistados avaliaram o governo Dilma como *ótimo ou bom*; no entanto, esse índice despencou para 23% em fevereiro de 2015, alcançando meros 13% em março do mesmo ano (BRITO, 2020).

Como resposta ao crescente questionamento ao governo de Dilma, ocorreram manifestações em março de 2015 convocadas por centrais sindicais, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda. Estimativas indicam a participação de cerca de 170 mil pessoas em 24 estados, além do Distrito Federal. Os protestos defendiam a democracia, a continuidade do governo e os direitos sociais, em contraposição aos defensores do impeachment. Em 15 de março de 2015, novas manifestações ocorreram, reunindo entre 2,4 milhões (segundo a Polícia Militar) e 3 milhões (segundo os grupos organizadores) de pessoas em todo o país. Nas redes sociais, as principais hashtags foram relacionadas ao impeachment de Dilma. As manifestações contra o governo continuaram até o impeachment em 31 de agosto de 2016, fundamentado no argumento jurídico-político do crime de responsabilidade devido à chamada pedalada fiscal, uma medida contábil não aprovada orçamentariamente nas contas do governo (BRITO, 2020).

O impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, posteriormente caracterizado como golpe, ocorreu no âmbito parlamentar, mas sua oficialização como tal suscitou debates sobre sua natureza. Nesse cenário, a mídia desempenhou um papel de destaque, respaldando o processo de impedimento. Grandes veículos de comunicação, como as Organizações Globo, Grupo Abril/Veja, Grupo Folha e Grupo Estado, expressaram apoio ao que mais tarde seria designado como golpe. Essa articulação já se delineava desde 2015, marcando uma trajetória de institucionalização do conservadorismo político e moral (BRITO, 2020).

Durante a votação do impeachment, um exemplo notável do fortalecimento do conservadorismo político e moral foi observado. Um número significativo de parlamentares, inclusive aqueles indiciados por corrupção, justificaram seus votos *em nome de Deus e da família*, alinhando-se à defesa da tradição e dos valores conservadores (BRAGA et al., 2020). Essa utilização do discurso religioso no contexto político brasileiro afeta a garantia da laicidade do Estado, que,

formalmente, deve manter uma posição neutra em relação a assuntos religiosos. No entanto, temos observado um aumento na utilização da religião e da fé como meios de mobilizar massas e justificar retrocessos em questões prementes, como o reforço das garantias destinadas às minorias. Isso se deve à reação dos representantes políticos ao avanço da institucionalidade democrática e dos direitos sociais, recorrendo ao discurso religioso como forma de legitimar suas ações (STRÜCKER e HAHN, 2019).

Essa prática interfere na laicidade do Estado, ao introduzir elementos religiosos nas discussões políticas, influenciando as decisões e a formulação de políticas públicas. Ademais, a inserção do discurso religioso nas esferas políticas brasileiras busca estabelecer uma conexão com a parcela menos instruída e culturalmente diversa da população, recorrendo a argumentos alinhados com as crenças predominantes no cristianismo, muitas vezes monogâmico e heterossexual. Esse cenário acaba por obscurecer outras motivações para apoiar legislações que não têm uma relação direta com tais grupos, perpetuando uma visão restrita e excludente em relação à diversidade existente na sociedade contemporânea (STRÜCKER e HAHN, 2019).

Quinalha (2016) destaca que o discurso religioso sempre teve presença na política nacional, especialmente por meio da bancada evangélica em governos anteriores (BRAGA et al., 2020). O discurso religioso tem sido empregado por representantes políticos como justificativa para retrocessos em demandas urgentes, especialmente no fortalecimento das garantias destinadas a minorias. Esta prática é uma reação ao avanço da institucionalidade democrática e dos direitos sociais (STRÜCKER e HAHN, 2019).

Além disso, o discurso religioso foi utilizado como ferramenta de manipulação das massas, obscurecendo interesses reais, como poder, interesses comerciais e agropecuários, e bloqueando o progresso de pautas voltadas para os direitos das minorias (STRÜCKER e HAHN, 2019). No entanto, após o golpe, esse aspecto ganhou proporção prática e simbólica nas políticas governamentais, integrando a agenda do governo de Michel Temer e exercendo efeitos duradouros nas ações do

ex-presidente Jair Bolsonaro. O que antes parecia ser uma agenda oculta agora ganha visibilidade e legitimidade (BRAGA et al., 2020).

No âmbito do governo de Michel Temer (2016-2018), foram implementadas reformas conservadoras e medidas econômicas restritivas, com ênfase nas iniciativas promovidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no desenvolvimento de políticas educacionais. Estas reformas adotaram uma abordagem mais uniformizadora em relação aos currículos, avaliação, gestão e formação de professores, contrariando a perspectiva anterior de estabelecer uma base comum nacional embasada em princípios gerais (AGUIAR, 2019).

Neste momento, a política educacional foi marcada por um conjunto de medidas conservadoras que tiveram impactos significativos. Estes incluíram cortes nos investimentos em educação, a desvalorização dos professores e a implementação de políticas voltadas para a formação de capital humano em detrimento da formação humanizada. Ademais, houve a conclusão do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que delineou uma orientação voltada para o mercado de trabalho, destacando habilidades, competências e o desenvolvimento do protagonismo juvenil. No entanto, essa abordagem da BNCC, alinhada com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2021, anulou muitos dos avanços conquistados por meio das políticas educacionais. Em síntese, o governo Temer priorizou uma política voltada para o mercado, setor financeiro e ruralistas, resultando na desvalorização da educação, no sucateamento das universidades e na restrição de recursos para ciência e tecnologia (LEHER, 2021).

1.3 – A institucionalização do conservadorismo

A igreja evangélica neopentecostal desempenha um papel de destaque em meio a esse momento de mobilização política e conservadora, promovendo os valores associados à família tradicional cristã e questionando os direitos de grupos considerados dissidentes. A futura eleição de Bolsonaro seria o estopim para o desencadeamento de uma série de manifestações com dimensões sociais, políticas e midiáticas, evidenciando uma fragilização da ordem democrática e representando

uma ameaça aos direitos e à cidadania de comunidades marginalizadas (BRAGA et al., 2020).

De acordo com Brito (2020), durante o período de 2014 a 2018, especialmente durante a ascensão do bolsonarismo, o Brasil vivenciou uma realidade caracterizada por vários elementos de *pânico moral*⁵ e sexual disseminados por meio da agitação conservadora no campo sexual, impulsionada pelo bolsonarismo e seus aliados. Esse pânico moral e sexual permeou toda a sociedade, influenciando o processo eleitoral e contribuindo para a eleição de Bolsonaro. Embora tenha sido generalizado na sociedade, as manifestações ocorridas em 2015 e 2016, que tiveram a participação proeminente da classe média, concentraram importantes exemplos da pauta conservadora e do pânico em relação ao tema sexual. Isso nos leva a uma necessidade de analisar a classe média e compreender os elementos que contribuem para entender a relação entre essa classe e as questões sexuais (BRITO, 2020).

O resultado das eleições refletiu a mobilização das classes sociais, especialmente a reação burguesa que envolveu as classes médias. Essas classes assumiram um papel político central, porém sem um projeto estratégico independente, o que as leva a oscilar entre se aproximar da burguesia e da classe trabalhadora. Com o protagonismo político das classes médias, torna-se evidente a sua instabilidade inerente à sua posição social, bem como a disseminação de preconceitos de classe e afetos reprimidos em relação à sexualidade. Isso se manifesta claramente na assimilação e amplo apoio às pautas conservadoras, machistas, homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas e racistas defendidas pelo bolsonarismo em 2018 (BRITO, 2020).

Em setembro de 2017, uma exposição intitulada *Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* foi alvo de intensos questionamentos morais, principalmente nas redes sociais. A mostra apresentava obras de renomados

⁵O conceito de pânico moral é discutido como um evento político relacionado à sexualidade, destacando sua habilidade de canalizar atitudes difusas para o âmbito político e, conseqüentemente, instigar mudanças sociais. Ressalta-se a recorrência de pânics morais em discussões sobre sexualidade nas sociedades ocidentais, com ênfase na utilização frequente de estratégias indiretas, focalizando alvos fictícios e apelando para paixões simbólicas (LEITE, 2019).

artistas brasileiros, abordando temas relacionados a gênero e orientação sexual. No entanto, devido à forte pressão, principalmente de figuras públicas ligadas à extrema direita, a exposição foi encerrada. O então prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr. (PSDB), manifestou-se contra a mostra, alegando que ela exibia imagens de zoofilia e pedofilia, o que levou ao seu encerramento. Essa controvérsia revelou a polarização e a sensibilidade em relação a questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade na sociedade brasileira (BRITO, 2020).

O Movimento Brasil Livre (MBL) protagonizou a campanha contra essa exposição artística, promovendo um boicote e questionando-a em nome da defesa da moral. Eles argumentaram que a exposição representava uma ameaça à sociedade como um todo, usando a *defesa das crianças* como seu principal argumento. No entanto, é importante ressaltar que o próprio MBL, em 2018, mostrou conviência com a eleição de Bolsonaro como presidente do país. Alguns de seus coordenadores nacionais, como Kim Kataguirí e Fernando Holiday, declararam apoio a Bolsonaro no segundo turno das eleições. Essa postura contraditória levanta questionamentos sobre a coerência do MBL e de seus líderes. Além disso, é notável que o movimento não teve a mesma reação alarmista quando Bolsonaro, em uma entrevista em 2012, admitiu publicamente ter feito sexo com galinhas (BRITO, 2020).

Esse comportamento do MBL revela o corpo ideológico por trás de suas ações moralistas, que condena qualquer abordagem aberta da sexualidade na infância e estabelece uma associação entre homossexualidade e pedofilia. Um exemplo adicional desse discurso de ódio e medo é o Projeto de Lei Escola Sem Partido, que esteve em discussão no Congresso Nacional e foi aprovado na Assembleia Legislativa de Maceió, sendo debatido em várias outras casas legislativas pelo país (BRAGA et al., 2020; BRITO, 2020; GAVA e VILLELA, 2016).

O projeto conhecido como Escola Sem Partido busca promover a censura nas escolas, restringindo a liberdade de expressão tanto dos professores quanto dos estudantes. O argumento central é que as instituições de ensino estariam promovendo uma suposta doutrinação ideológica dos jovens. Um dos objetivos do projeto, conforme divulgado em seu site, é apoiar iniciativas de estudantes e pais

que visem combater essa suposta doutrinação ideológica, independentemente de sua orientação política (BRAGA et al., 2020; BRITO, 2020; GAVA e VILLELA, 2016).

No contexto da educação sobre dissidência de gênero e sexualidade, o Projeto de Lei 1859/2015, intitulado *Escola Sem Partido*, propõe que as escolas não desenvolvam políticas de ensino e não incluam no currículo disciplinas obrigatórias ou optativas que abordem o que eles denominam de ideologia de gênero, caracterizada como uma tentativa de *modificar a natureza heterossexual* para homossexual. Com isso, o projeto pretende proibir o uso dos termos *gênero* ou *orientação sexual* no contexto escolar, através de uma possível alteração na Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRAGA et al., 2020; BRITO, 2020).

Os defensores do projeto *Escola Sem Partido* realizaram uma intensa campanha em busca da aprovação da lei, visando à legitimação legal. Durante uma sessão plenária da Comissão parlamentar na Câmara dos Deputados, o Deputado e pastor Marco Feliciano deixou claro o verdadeiro objetivo do projeto. Ele afirmou que, independentemente de ser aprovado ou vetado pelo STF, os proponentes já teriam vencido, pois o medo já teria sido disseminado na sociedade e nas escolas, deixando os professores com receio de abordar a suposta *doutrinação ideológica*. Portanto, o objetivo mais evidente expresso é disseminar o pânico moral por meio dos temas da sexualidade, gênero e crítica social, dificultando ainda mais o debate sobre esses assuntos (BRITO, 2020).

Conforme Taffarel e Neves (2019) apontam, o governo Bolsonaro é caracterizado como ultradireitista, ultraconservador, neoliberal e profascista. Os autores utilizam dessas adjetivações para descrever as tendências e medidas adotadas pelo governo em relação à educação, como a privatização e a diminuição do papel do Estado na oferta de serviços educacionais, além de uma postura conservadora em relação a temas como diversidade e inclusão. Isto fica claro quando a política educacional implementada pelo governo se mostrou alinhada à perspectiva de que a educação pública constitui um serviço, não um direito. O governo advogou pela prestação de serviços pelo setor privado, o que implica na redução ou retirada da intervenção estatal como provedor de serviços.

Adicionalmente, o presidente eleito enfatizava que a principal missão de seu governo na área da educação é combater o *marxismo cultural*⁶ e a ideologia de gênero. Dessa forma, pode-se afirmar que a postura do governo em relação à educação pública foi de desvalorização e desmantelamento.

A *teocratização*⁷, privatização e militarização afetaram significativamente a educação em direitos humanos no governo Bolsonaro. Essas três perspectivas têm alicerçado e oprimido a educação, especialmente as políticas educacionais em direitos humanos. A privatização da educação pode se expressar em duas dimensões: a redução e realocação de recursos estatais para a educação básica e superior, e a destinação de recursos públicos para o setor privado. Ambas as dimensões estiveram presentes na gestão do ministro da educação, Abraham Weintraub. Além disso, a teocratização e a militarização ameaçam a pluralidade, seja religiosa, de gênero, ou outras, afetando a educação de modo potente. O tripé discursivo, especialmente no tocante à teocratização, demonstra parte do impacto dessas perspectivas na educação (DE FRANCO e FILHO, 2020).

A teocratização, em específico, enraíza-se na ideologia do Gênesis e contrapõe-se à diversidade laica, estreitando os laços entre Estado e religião e limitando a liberdade de expressão e a multiplicidade de pensamentos nas instituições educacionais. Enquanto isso, a militarização caracteriza-se pela presença de membros das Forças Armadas em posições-chave do governo, adotando medidas autoritárias e repressivas que igualmente incidem sobre a educação e a diversidade. Resumidamente, argumenta-se que a teocratização e a militarização são visões que ameaçam a diversidade e prejudicam a promoção da educação em direitos humanos, contribuindo para a formação de uma sociedade menos crítica, menos diversificada e menos democrática (DE FRANCO e FILHO, 2020).

⁶ O marxismo cultural é uma teoria da conspiração antisemita de extrema-direita que reivindica o marxismo ocidental como a base de alegados esforços acadêmicos e intelectuais contínuos para subverter a cultura ocidental (TAFFAREL e NEVES, 2019).

⁷ A teocratização se caracteriza pela aproximação entre Estado e religião, em que líderes religiosos e suas crenças têm influência direta nas políticas públicas e na tomada de decisões governamentais. Em outras palavras, a teocratização é a tendência de um governo em se basear em princípios religiosos para governar, em detrimento da laicidade do Estado (DE FRANCO e FILHO, 2020).

As reivindicações em defesa da educação pública no Brasil incluem a garantia do financiamento adequado para a educação, a valorização dos profissionais da educação, a melhoria das condições de trabalho nas escolas, a ampliação do acesso à educação de qualidade para todos os brasileiros, a defesa da autonomia universitária e a luta contra a privatização da educação. Além disso, há uma forte mobilização em defesa da democracia e dos direitos humanos, que são valores fundamentais para a construção de uma educação pública de qualidade e inclusiva (TAFFAREL e NEVES, 2019).

Entretanto, diante desse cenário desafiador, torna-se evidente que as ameaças à educação pública no Brasil transcendem a desvalorização da docência, abrangendo uma gama de questões que afetam profundamente o sistema educacional. A precarização do trabalho docente, desde a formação inicial até a formação continuada, e a redução das condições de trabalho, salários, carreiras e benefícios sociais, como assistência, saúde e previdência, emergem como pontos cruciais. Além disso, a aprovação de medidas como a Emenda Constitucional 95/16, que impõe limites aos investimentos em educação e saúde, e a flexibilização irrestrita da terceirização contribuem para a fragilização do ambiente educacional. A reforma trabalhista, que impacta os trabalhadores em geral e, de maneira especial, os profissionais da educação, representa um desafio adicional ao exercício do magistério, uma vez que reconfigura o modelo de aposentadoria, aumentando o tempo mínimo de serviço necessário para a concessão desse benefício. Essas variadas ameaças exigem uma análise profunda e ações enérgicas para preservar e fortalecer a educação pública no país (FERREIRA et al., 2020; TAFFAREL e NEVES, 2019).

2. SEXUALIDADE

A abordagem da sexualidade no contexto educacional é um tema multifacetado e dinâmico, refletindo uma variedade de significados, ideais, desejos e comportamentos que se manifestam de maneiras distintas em diferentes contextos sociais e períodos históricos. No cenário contemporâneo, a mutabilidade da definição de sexualidade e a flexibilidade de suas representações oferecem

terreno fértil para uma análise crítica das práticas educativas. Tendo em vista a busca realizada com as palavras-chave e os resultados da análise qualitativa dos artigos encontrados, para a construção desta categoria foram utilizados as contribuições de Ciaffone e Gesser(2014), Spaziani e Maia(2015), Gava e Villela(2016), Pinto e Lima(2016), Corrêa(2017), De Melo(2018), Silva e Ávila(2018), Ciribelli e Rasera(2019), Leite(2019), Wenez e Macedo(2019), Blankenheim et al.(2021), Campos e Urnau(2021), Carneiro e Scherer(2021) e Da Silva e Benchaya(2021) para elaborar os eixos da vinculação entre sexualidade, gênero e identidade, os atravessamentos políticos e morais da sexualidade, direitos sexuais e as dinâmicas de poder, o desvelamento da violência e exploração sexual e as contribuições da psicanálise para a compreensão da dimensão sexual.

Os artigos selecionados abordam as seguintes temáticas: intervenções educativas, a formação de vínculos entre professores e alunos no contexto digital, o papel da educação sexual na prevenção da violência de gênero e os desafios na expressão de gênero e sexualidade. Neste exame, é crucial reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, capacitados para participar ativamente na construção das normas sociais que moldam a convivência e o aprendizado. Vamos explorar as diversas facetas desse diálogo complexo entre sexualidade e educação infantil, buscando compreender e promover ambientes educacionais mais inclusivos e sensíveis à diversidade.

2.1 – Sexualidade, Gênero e Identidade

A sexualidade, conforme trazido por Ciaffone e Gesser (2014), é um conceito dinâmico e em constante evolução. Abrange uma ampla variedade de significados, ideais, desejos, sensações, emoções, experiências, comportamentos, restrições, modelos e fantasias, os quais se configuram de maneiras diversas em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Este termo multifacetado está sujeito a uma ampla gama de usos e interpretações variadas, frequentemente gerando debates e controvérsias políticas. Inclui construções culturais que exploram desde o erotismo, desejo e afeto até questões relacionadas à saúde, reprodução, uso de tecnologias e exercício de poder na sociedade.

Adicionalmente, como destacado por Da Silva e Benchaya (2021), na era da imanência, caracterizada pela fluidez e transformação constante, é de suma importância evitar a simplificação da sexualidade a uma dimensão meramente genital ou a uma suposta natureza predefinida, superando as limitações impostas por um determinismo biológico. Nesse sentido, podemos discernir as contribuições significativas de uma abordagem histórico-cultural para compreender a sexualidade como um construto moldado dialeticamente entre sujeito, sua base biológica, sua dimensão psíquica e pelo contexto em que se insere.

Dentro do panorama abrangente que delinea as transformações da sexualidade humana, a compreensão aprofundada de identidade e gênero assume um papel crucial, especialmente ao direcionarmos nosso olhar para os campos interconectados da sexualidade e da educação infantil. Estes conceitos fundamentais transcendem a tradicional determinação biológica da sexualidade, emergindo como construções sociais intrinsecamente moldadas por normas culturais de gênero (CIRIBELLI e RASERA, 2019).

Nesse contexto, torna-se imperativo ressaltar que os conceitos de identidade e diferença estão diretamente entrelaçados, cada um influenciando e sendo influenciado pelo outro, ambos emergindo em meio ao tecido complexo da linguagem (CIRIBELLI e RASERA, 2019). Exploraremos, portanto, como essa compreensão mais ampla redefine as abordagens educativas, particularmente na infância, onde a construção da identidade e a internalização de normas de gênero começam a moldar as percepções individuais e coletivas da sexualidade.

Ao aprofundarmos a discussão sobre identidade e gênero, é fundamental salientar que para Ciribelli e Rasera (2019, p.2), “A identidade e a diferença não constituem uma essência. A identidade não é imóvel, nem tampouco é uma verdade fornecida pela natureza ou pela cultura.” Ou seja, antes de tudo, ela é uma construção dinâmica, uma produção incessante, permeada por nuances fluidas, contradições, fragmentações e uma constante evolução. A identidade, portanto, estaria intrinsecamente conectada às estruturas discursivas e narrativas que permeiam a sociedade, sendo, por sua vez, intimamente vinculada aos sistemas de

representação que moldam e refletem as complexidades das experiências humanas.

No contexto das relações interpessoais, a dimensão da diferença adquire relevância, estando intrinsecamente ligada à construção da identidade. Assim como a identidade, a diferença não é uma característica inata ao sujeito; pelo contrário, está diretamente relacionada à posição relacional de um indivíduo em relação a outro (CIRIBELLI e RASERA, 2019). É imperativo reconhecer que, ao longo da história, a identidade de referência fora predominantemente associada à posição do homem branco, heterossexual, de classe média urbana (WENETZ e MACEDO, 2019). Essa norma estabelecida historicamente serviu como parâmetro para definir o que é considerado *normal* e, por consequência, qualquer posição que se desvie dessa norma é categorizada como diferença. A diferença, nesse contexto, é percebida como algo distinto, divergente e que foge às convenções socialmente estabelecidas.

A análise das relações entre identidade e diferença revela um processo dinâmico e em constante movimento. Desta forma, torna-se evidente que essas relações não são neutras, carregando consigo dinâmicas de poder que moldam as interações sociais. Essas dinâmicas de poder, presentes na construção da identidade e da diferença, desempenham um papel crucial na delimitação de fronteiras e na definição do que é incluído ou excluído nos padrões sociais. As interações entre identidade e diferença transcendem a mera descrição; elas assumem um caráter prescritivo, como evidenciado na análise de Ciribelli e Rasera (2019, p.3) pois “elas são capazes de fornecer classificações, e com elas consequentemente advêm noções de valor, o que culmina em processos de normatização”.

Além disso, Wenez e Macedo (2019) também enfatizam que a formação de identidade de gênero nas crianças é um processo influenciado por normas sociais que ditam comportamentos apropriados para meninos e meninas. Essa aprendizagem ocorre de maneira especialmente pronunciada nas atividades físicas e lúdicas, moldando a construção dos corpos em relação ao gênero e à sexualidade.

De tal modo, é fundamental reconhecer que a noção de corpo não é uma negação de sua base biológica, mas sim uma ênfase nas relações de poder e conhecimento que atribuem características corporais específicas a determinados gêneros (CIRIBELLI e RASERA, 2019). Isso contrasta com a visão de diferenças fixas e essenciais entre os corpos masculinos e femininos. A compreensão desses processos é essencial para desvelar as dinâmicas de poder presentes na construção da identidade de gênero na infância.

O entendimento dos processos de normatização torna-se crucial ao examinarmos as complexas interações entre corpo, gênero e sexualidade na infância. Ciribelli e Rasera (2019), em conjunto com Wenez e Macedo (2019), ressaltam o gênero, enquanto um construto social que delinea as distinções sociais entre homens e mulheres, e a sexualidade, configurando-se como um conjunto multifacetado de identidades, comportamentos e relações historicamente moldadas, são conceitos intimamente interligados. Esses elementos desempenham papéis cruciais na complexa formação da identidade infantil. Nas palavras dos autores:

Nesse sentido, o gênero é entendido como as diferenças construídas socialmente entre o que é considerado masculino e feminino, enquanto a sexualidade é entendida como as diversas maneiras de se experienciar prazeres e desejos, que não estão somente relacionadas a ideia do indivíduo, mas que precisam ser entendidas dentro de um contexto cultural e social (CIRIBELLI e RASERA, 2019, p.3).

Enquanto o gênero representa as diferenças socialmente construídas entre o que é percebido como masculino e feminino, a sexualidade abrange uma ampla variedade de maneiras pelas quais as pessoas experimentam prazeres e desejos, todas inseridas em contextos culturais e sociais específicos (WENETZ e MACEDO, 2019). Nesse cenário, a normatização atua como um agente moldador, influenciando a percepção das crianças sobre seus corpos e comportamentos, perpetuando normas preconcebidas sobre o que é considerado apropriado para cada gênero (CIRIBELLI e RASERA, 2019). Assim, a compreensão dessas dinâmicas é essencial para uma análise aprofundada das experiências infantis na construção da identidade.

Normalizar ou normatizar, implica selecionar uma identidade específica como referência, em relação à qual todas as outras são hierarquizadas e avaliadas. Esse processo de normalização perpetua estruturas de poder que influenciam a percepção coletiva sobre o que é considerado aceitável ou desviante em termos de identidade e diferença (CIRIBELLI e RASERA, 2019; SILVA e ÁVILA, 2018; SPAZIANI e MAIA, 2015). Os processos de normatização de gênero e sexualidade fomentam uma compreensão dualista e binária de classificação. No contexto da identidade de gênero, essa abordagem implica vincular rigidamente o gênero ao sexo biológico e estabelecer características específicas como femininas e masculinas (CIRIBELLI e RASERA, 2019). “Nesse sentido, a heteronormatividade acaba por se reproduzir com mais frequência e continua sendo o modelo ideal” (SILVA e ÁVILA, 2018, p.438), submetendo todas as outras, em especial a homossexualidade, a avaliações e hierarquias. É crucial destacar que os processos e mecanismos de gênero são variados e, uma vez incorporados nas dinâmicas de poder, estão propensos a resistências e ajustes contínuos nas práticas sociais. Isso origina uma pluralidade de vivências, culminando em diversos projetos, representações e identidades individuais (SILVA e ÁVILA, 2018).

Tradicionalmente, a masculinidade e a feminilidade foram associadas a determinados conjuntos de características, como agressividade e virilidade para os homens, e delicadeza e sensibilidade para as mulheres. No entanto, crianças que não se conformam a essas expectativas desafiam as noções convencionais de masculino e feminino (WENETZ e MACEDO, 2019).

A sexualidade infantil abrange diversas formas de expressão de desejos e prazeres, sendo influenciada por aprendizados sociais e códigos específicos de um contexto. Trata-se de uma construção histórica, composta por crenças, comportamentos, relações e identidades, atuando como um dispositivo histórico que permeia não apenas o corpo físico, mas também as crenças e ideologias individuais (CIRIBELLI e RASERA, 2019; SILVA e ÁVILA, 2018; WENETZ e MACEDO, 2019).

Em um contexto heteronormativo, espera-se que o corpo de menino/menina esteja associado a um comportamento de gênero (masculino/feminino) e a uma

orientação sexual considerada adequada (heterossexualidade) (SILVA e ÁVILA, 2018). Entretanto, tanto a identidade de gênero quanto a orientação sexual são processos contínuos e variados. Quando crianças desafiam essas expectativas, como meninas praticando esportes considerados masculinos ou meninos dançando balé, isso frequentemente resulta em questionamentos sobre sua identidade, levando a interpretações como a masculinização das meninas ou a associação com a homossexualidade nos meninos (WENETZ e MACEDO, 2019).

Conseqüentemente, as expectativas normativas em relação à expressão de gênero e orientação sexual das crianças muitas vezes refletem estruturas de poder arraigadas na sociedade. A imbricação entre a esfera política e religiosa se torna evidente, à medida que discursos conservadores, frequentemente enraizados em interpretações religiosas, se chocam com a diversidade intrínseca à experiência humana (GAVA e VILLELA, 2016; LEITE, 2019). Esse embate não apenas coloca em xeque a aceitação da pluralidade sexual, mas também questiona a própria natureza da secularidade do Estado. Ao abordar a sexualidade infantil, é imperativo considerar a influência desses contextos mais amplos e promover um diálogo aberto que reconheça e respeite a autonomia e a diversidade de cada indivíduo, superando barreiras políticas e religiosas que muitas vezes permeiam as discussões sobre o tema.

2.2 – Dimensão política e moral da sexualidade

Partindo do pressuposto compreendido nos textos de base que a sexualidade transcende os limites do individual e do biológico (CIRIBELLI e RASERA, 2019; SILVA e ÁVILA, 2018; WENETZ e MACEDO, 2019), estendendo-se por um espectro vasto que abrange o político, o social, o cultural e o religioso, o presente trecho propõe-se a explorar as complexas interações entre as esferas política e religiosa/moral da sexualidade. O objetivo é desvelar as formas pelas quais esses contextos influenciam e são influenciados pelas experiências humanas, oferecendo insights sobre a emaranhada teia de relações entre as dimensões individuais e sociais da sexualidade.

No contexto político, a sexualidade emerge como um campo de confronto para ideologias, legislações e movimentos sociais, influenciando as normas e

expectativas sociais. A investigação da literatura acadêmica permitiu observar também que esses confrontos “se articulam em um cenário de fortalecimento de conservadorismos e têm como pontos de interseção o confronto de moralidades em relação ao gênero e à sexualidade e a mobilização do discurso de defesa das crianças e dos adolescentes” (LEITE, 2019, p.122). A evolução histórica dessas influências políticas revela mudanças significativas ao longo do tempo, não apenas na estrutura legal, mas também nas concepções culturais acerca do que é considerado aceitável ou desviante na expressão da sexualidade (GAVA e VILLELA, 2016).

Paralelamente, as dimensões religiosas e morais da sexualidade agregam uma camada profunda de significado e complexidade. Diferentes tradições religiosas oferecem perspectivas distintas sobre o papel da sexualidade na vida humana, abordando questões éticas, moralidades e prescrições que moldam as práticas individuais e coletivas (LEITE, 2019). Essa interseção entre o político e o religioso destaca a complexidade inerente à regulação da sexualidade, onde valores políticos e crenças religiosas muitas vezes se entrelaçam, influenciando as dinâmicas sociais e a construção das normas culturais.

Portanto, é importante explorarmos os pontos de encontro e os conflitos entre essas duas esferas, destacando como as políticas e crenças religiosas influenciam a sociedade e, reciprocamente, como as mudanças sociais e políticas desafiam e transformam as narrativas sobre a sexualidade. Examina-se também como as representações de gênero, a educação sexual nas escolas e as discussões contemporâneas sobre direitos sexuais emergem como pontos cruciais de interseção entre esses dois domínios.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido cenário de diversas controvérsias públicas que giram em torno de gênero e sexualidade. Essas polêmicas surgem em um contexto de crescente fortalecimento de conservadorismos, encontrando pontos de convergência no embate de moralidades relacionadas ao gênero e à sexualidade, além da mobilização em defesa das crianças e dos adolescentes (GAVA e VILLELA, 2016). Conforme destacado por Leite (2019, p.122), “vivemos hoje em um terreno instável onde moralidades sexuais distintas colidem e disputam

lugares de poder nas estruturas do Estado”. Além disso, o autor supõe que a infância e a adolescência se tornam estrategicamente cruciais para compreender os processos de transformação na *política sexual brasileira*⁸, uma vez que as expressões de gênero e sexualidade juvenis desempenham um papel fundamental no confronto de concepções e valores relacionados à sexualidade e ao gênero. A escola e as políticas de educação, assim, emergem como locais permanentes de conflito entre ideologias.

Atualmente, a discussão sobre a legitimidade do trabalho no ambiente escolar é questionada em meio ao embate político e ideológico, que não apenas contesta a pertinência do Estado na construção dos valores sociais, mas também incide sobre seu papel no âmbito escolar para moldar valores entre os estudantes (GAVA e VILLELA, 2016). Este cenário é permeado por discursos que frequentemente associam a diversidade sexual e de gênero a uma suposta ideologia de gênero, percebida como uma ameaça à família, à moralidade e à religião. Segmentos conservadores argumentam que a promoção da diversidade sexual e de gênero nas escolas constituiria uma forma de doutrinação ou sexualização precoce das crianças, infringindo o direito dos pais de educarem seus filhos de acordo com suas crenças e valores.

Esta interpretação distorcida e ideológica dos processos de subjetivação que envolvem a categoria gênero fundamenta-se em uma perspectiva biologicamente simplista do binarismo de gênero e está associada à hierarquização das orientações sexuais (CIRIBELLI e RASERA, 2019; SILVA e ÁVILA, 2018; WENETZ e MACEDO, 2019). Tem sido empregada para justificar a preservação de uma ordem social hierárquica e desigual, alegando a proteção das crianças e dos jovens como justificativa (LEITE, 2019). Esses argumentos também se refletem na oposição a políticas públicas voltadas para a garantia de direitos e proteção às pessoas

⁸ A política sexual brasileira refere-se ao conjunto de normas, leis, práticas e discursos que regulamentam e influenciam a sexualidade na sociedade brasileira. Ela abrange uma série de questões, desde políticas de saúde sexual e reprodutiva até legislações relacionadas a direitos LGBTQIAP+ e a abordagem da sexualidade nas instituições educacionais. No Brasil, a política sexual tem sido objeto de debates e controvérsias, especialmente em relação a temas como educação sexual nas escolas, direitos reprodutivos, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e igualdade de direitos para a comunidade LGBTQIAP+ (LEITE, 2019).

LGBTQIAP+, como o casamento igualitário, a criminalização da homofobia e a inclusão de questões de gênero e sexualidade nos currículos escolares (LEITE, 2019).

Entretanto, ocorreu uma tentativa de implementação de projetos relacionados à problemática da sexualidade, notavelmente o projeto Escola sem Homofobia (ESH). Este projeto foi concebido e implementado com a finalidade de promover ações de enfrentamento à homofobia e à discriminação de gênero nas escolas brasileiras, por meio da capacitação de professores e da produção de materiais didáticos específicos (BLANKENHEIM et al., 2021). Contudo, o projeto enfrentou críticas por parte de segmentos religiosos, sendo pejorativamente apelidado de *Kit Gay*. Essas críticas resultaram na criação de um pânico moral em torno do projeto, culminando na sua suspensão pela presidente Dilma Rousseff em maio de 2011 (LEITE, 2019).

Segundo Leite (2019), muitos dos argumentos que surgiram na polêmica em torno do projeto Escola sem Homofobia (ESH) foram novamente acionados nos embates em relação aos planos de educação, com diversos atores que lideraram a derrubada do ESH estando à frente dessa controvérsia. A continuidade da argumentação se concentra na suposta existência de uma orquestração por parte de ativistas LGBTQIAP+ e feministas, que seriam acusados de promover a sexualização das crianças, incentivar a homossexualidade e desestruturar a família (GAVA e VILLELA, 2016; LEITE, 2019).

A presença marcante da ideia de proteção à infância é evidenciada pelo acionamento frequente da categoria *pedofilia* ao longo dessas polêmicas. A maioria dos opositores do projeto ESH no Congresso Nacional, utiliza a imagem da criança indefesa, considerada uma *presa fácil dos pedófilos*. Os discursos contrários ao projeto ESH, que denunciam a ideologia de gênero, reforçam a perspectiva de que a suposta luta contra a homofobia encobre um aliciamento e desvirtuamento das crianças. Essa estratégia cria uma polarização entre os defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes e os defensores dos direitos LGBTQIAP+, assim como dos direitos das mulheres (LEITE, 2019).

Paralelamente a essas controvérsias, emergiu o movimento Escola sem Partido, que busca despolitizar a vida escolar em nome de uma suposta neutralidade da escola. Diversas propostas legislativas estiveram em tramitação para transformar o programa Escola sem Partido em lei, sendo impulsionadas principalmente por grupos religiosos. O movimento Escola sem Partido teve origem como resposta à alegada *doutrinação comunista* nas escolas e angariou apoio da sociedade ao se aliar a setores religiosos e liderar a luta contra a ideologia de gênero (LEITE, 2019). Além disso, outras iniciativas, como o debate sobre o Estatuto da Família, o arquivamento do projeto de lei que criminalizaria a homofobia, a retomada da proposta de *cura gay* e a redução das discussões sobre a descriminalização do aborto, entre outras ações promovidas por grupos conservadores, tem sido coordenada nos Legislativos em níveis nacional, estadual e municipal, com conexões não apenas com setores religiosos, mas também em toda a sociedade. Conforme ressaltado por Leite (2019), esses processos, originados nas Casas Legislativas, têm um impacto desafiador na administração cotidiana das escolas, culminando em situações insustentáveis. Estas incluem denúncias e processos movidos por pais contra professores, conflitos entre grupos e diversos contextos nos quais os educadores são colocados sob suspeita.

Por fim, o pânico moral gerado em torno das controvérsias sobre gênero e sexualidade no Brasil impacta a defesa dos direitos das crianças e das famílias em diversas dimensões. Conforme discutido, uma das principais ramificações desse fenômeno é a construção de uma narrativa que sugere que o Estado estaria respaldando e financiando o desvirtuamento das crianças, reforçando a percepção de que a infância precisa ser resguardada de supostas ameaças externas (LEITE, 2019). Essa representação está frequentemente associada à ideia de que a diversidade sexual e de gênero representa uma ameaça à moralidade, religião e à estrutura familiar, levando muitos a se oporem a políticas públicas voltadas para garantir direitos e proteção às pessoas LGBTQIAP+ (LEITE, 2019). Ademais, o pânico moral também pode resultar na limitação da liberdade de expressão e na supressão da diversidade de opiniões, pois as vozes discordantes dessa narrativa são frequentemente silenciadas ou desacreditadas.

2.3 – Reflexão sobre a violência e exploração sexual

Na interseção complexa entre política, religião e sexualidade, emerge uma dimensão crítica que transcende as barreiras do debate teórico para adentrar a esfera prática da sociedade: a violência sexual (CAMPOS e URNAU, 2021; LEITE, 2019). Este fenômeno abstruso reflete não apenas questões individuais, mas também o reflexo de políticas sexuais moldadas por valores culturais e crenças religiosas. A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes representa uma grave transgressão aos direitos humanos, impactando negativamente o direito a uma sexualidade segura e plenamente vivenciada. Este fenômeno complexo é moldado por interações socioeconômicas, culturais e políticas, e está intrinsecamente vinculado às dinâmicas de poder relacionadas a questões de gênero e idade.

A discussão acerca da violência sexual, enraizada na política e em movimentos culturais, proporciona uma lente através da qual podemos analisar não apenas atos individuais, mas também as estruturas sociais que perpetuam, toleram ou desafiam tais comportamentos (BLANKENHEIM et al., 2021). Neste contexto, torna-se imperativo explorar como as dinâmicas políticas e culturais contribuem para a compreensão e enfrentamento da violência sexual, delineando os contornos de uma discussão multifacetada e crucial para a compreensão da sociedade contemporânea.

Campos e Urnau (2021) ressaltam que, no âmbito dos direitos de crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) brasileiro aborda predominantemente a sexualidade como um tema relacionado à violência sexual, enfocando medidas punitivas para os responsáveis. Entretanto, a legislação deliberadamente omite ou nega o reconhecimento da sexualidade como um direito fundamental desses grupos, o que pode ser prejudicial para o desenvolvimento saudável, considerando que a sexualidade constitui uma parte intrínseca da personalidade de cada indivíduo (GAVA e VILLELA, 2016; LEITE, 2019; SPAZIANI E MAIA, 2015). Assegurar os direitos sexuais em um ambiente de liberdade, respeito e dignidade é crucial para promover um desenvolvimento sexual saudável

e seguro para crianças e adolescentes, um direito humano fundamental. No entanto, como é destacado nos estudos de Campos e Urnau (2021, p.3):

A sexualidade em geral não está colocada nas agendas dos projetos educacionais e assistenciais destinados a crianças e adolescentes e, quando aparece, apresenta-se de forma negativa, ou seja, como um problema, a partir de uma ótica controladora dos comportamentos sexuais e reprodutivos.

Embora a discussão sobre os direitos sexuais de crianças e adolescentes enfrente resistências, é crucial ressaltar que tanto o Plano de Ação do Cairo⁹ quanto a Plataforma de Beijing, normativas internacionais referentes aos direitos sexuais e reprodutivos, reconhecem as crianças como sujeitos de direitos (CAMPOS e URNAU, 2021). Essas diretrizes demandam a aplicação de políticas públicas que garantam a esses jovens acesso a diversos direitos, incluindo assistência à saúde sexual e reprodutiva, bem como educação sexual, a qual deve ser incorporada nos currículos escolares (CAMPOS e URNAU, 2021; LEITE, 2019).

Dessa forma, o enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e de outras formas de violência sexual demanda a implementação de diversas políticas públicas interconectadas, estabelecendo redes de proteção (CAMPOS e URNAU, 2021). Nesse contexto, a educação, notadamente a escolar, assume um papel de destaque, tendo em vista que a maior parte da rotina das crianças ocorre no ambiente escolar, esse espaço assume um papel privilegiado na identificação precoce da violência sexual infantil e na implementação de medidas preventivas por meio da educação sexual (SPAZIANI e MAIA, 2015). Além disso, apesar das críticas direcionadas ao acúmulo de funções extracurriculares nas escolas contemporâneas, parte-se do pressuposto de que a compreensão da sexualidade e dos direitos sexuais constitui uma parte essencial do conhecimento necessário para a formação completa das pessoas na sociedade (CAMPOS e URNAU, 2021).

⁹ O Plano de Ação do Cairo foi estabelecido durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, promovida pelas Nações Unidas. Focou na interconexão entre população, desenvolvimento e saúde reprodutiva, destacando direitos humanos, especialmente os das mulheres. Rejeitou abordagens coercitivas, defendeu igualdade de gênero, empoderamento feminino e acesso universal a serviços de saúde reprodutiva. Os temas incluíram planejamento familiar, educação sexual, prevenção do HIV/AIDS, saúde materna e infantil. Influenciou políticas e programas globais relacionados à população e saúde reprodutiva.

De acordo com a investigação conduzida por Campos e Urnau (2021), a análise dos relatos de agentes escolares entrevistados revela que a abordagem da sexualidade na adolescência é predominantemente preventiva, concentrando-se na prevenção da gravidez e das infecções sexualmente transmissíveis (IST). Essa constatação sugere que a discussão sobre a sexualidade não ocorre de maneira aberta e integral, deixando de contemplar aspectos como afeto, desejo e prazer. A pesquisa ainda ressalta a necessidade de as escolas reconhecerem que a sexualidade é uma parte intrínseca dos alunos, não podendo ser negligenciada. É crucial que as instituições de ensino abordem essa temática, promovendo reflexões críticas na perspectiva de gênero e diversidade sexual (CIAFFONE e GESSER, 2014). Esse enfoque contribui para que tanto os alunos quanto as alunas possam vivenciar sua sexualidade de maneira saudável e reflexiva.

Em conclusão, a educação sexual nas escolas desempenha um papel crucial na prevenção da violência sexual, mas é essencial adotar uma abordagem abrangente que vá além do viés protetivo. A promoção da autonomia e independência dos adolescentes deve ser um foco central, garantindo que os conteúdos abordem não apenas os aspectos preventivos, mas também proporcionem uma compreensão holística da sexualidade (CAMPOS e URNAU, 2021). Ao equilibrar a proteção contra a violência com o estímulo à autonomia, a educação sexual pode contribuir para o desenvolvimento saudável e consciente dos jovens, capacitando-os a tomar decisões informadas e construir relacionamentos baseados no respeito mútuo (CAMPOS e URNAU, 2021; CIAFFONE e GESSER, 2014; SPAZIANI e MAIA, 2015).

2.4 – Contribuições da psicanálise

A abordagem psicanalítica se mostrou como uma temática pertinente no debate de alguns dos artigos encontrados e pôde nos proporcionar uma lente única para a compreensão da complexidade da sexualidade humana, adentrando os recônditos do inconsciente e explorando as profundezas das motivações, desejos e conflitos que permeiam essa esfera da experiência humana (DE MELO, 2018). Desenvolvida por Sigmund Freud e posteriormente ampliada por seus discípulos, a psicanálise destaca a sexualidade como uma força motriz intrínseca à psique,

moldando as dinâmicas emocionais e influenciando a formação da personalidade. Este enfoque, enraizado na investigação das camadas mais profundas da mente, oferece uma perspectiva intrigante sobre como os processos inconscientes moldam a expressão individual da sexualidade, lançando luz sobre os complexos vínculos entre desejo, repressão e as manifestações simbólicas que permeiam o universo sexual humano (PINTO e LIMA, 2016).

A sexualidade humana, intrínseca e dinâmica, atravessa transformações notáveis na contemporaneidade. Longe de ser uma simples determinação biológica, ela é moldada por padrões culturais predominantes, sendo a heterossexualidade muitas vezes destacada como modelo dominante (BLANKENHEIM et al., 2021). Nesse contexto, as expectativas em relação ao que é considerado feminino e masculino são ditadas pelo ambiente social em constante evolução. Em épocas passadas, discutir corpo, sexo, prazeres e satisfação era considerado chocante, recatado e imoral, frequentemente resultando em repressões e perseguições contra aqueles rotulados como perversos ou degenerados (DE MELO, 2018). Ao longo do tempo, a sexualidade tem experimentado transformações notáveis, e para Da Silva e Benchaya (2021) a Psicanálise emerge como uma ferramenta essencial para compreender e estudar essa esfera obscura.

Com base nos dados obtidos, a amamentação transcendia a mera satisfação de uma necessidade fisiológica básica, como a saciedade da fome. Foi percebido nesse ato não apenas a simples nutrição, mas também a vivência de um prazer pela criança, evidenciado pelo rubor e pela sensação de satisfação pós-amamentação. Essa visão ampliada da sexualidade, que não se restringia apenas à genitalidade, refletia a concepção freudiana de uma sexualidade autoerótica, capaz de encontrar satisfação no próprio corpo (DA SILVA e BENCHAYA, 2021).

Os autores Gava e Villela (2016, p.163) oferecem contribuições relevantes ao discutirem “as relações entre sexualidade, curiosidade e liberdade, apontando a necessidade de uma educação sexual baseada na curiosidade e na capacidade de exploração que crianças e jovens podem ter quanto ao sexo.” Os autores que corroboram com esse entendimento são Da Silva e Benchaya (2021) que discorrem sobre a defesa de Freud sobre uma abordagem educacional menos repressora e

mais libertadora, chegando a sugerir que a escola desempenhasse um papel ativo na condução da educação sexual, não limitando essa responsabilidade exclusivamente aos pais. Pinto e Lima (2016) acrescentam para a discussão trazendo também que a infância constitui um período crucial, durante o qual as crianças necessitam assimilar o conhecimento cultural e desenvolver a capacidade de controlar seus instintos para uma adaptação social adequada. Portanto, os autores reconhecem a significativa contribuição da educação nesse processo e argumenta que diversas questões devem ser ensinadas às crianças.

Gava e Villela (2016) investigam as interconexões entre sexualidade, curiosidade e liberdade, enfatizando a importância de uma educação sexual fundamentada na curiosidade e na capacidade exploratória inerentes a crianças e jovens em relação ao sexo. Se instrumentalizando da teoria freudiana, os autores argumentam que a curiosidade infantil sobre a sexualidade constitui a base para o desenvolvimento de um pensamento investigativo, crucial para a construção do conhecimento. Nesse sentido, é imperativo que a escola e seus profissionais estejam receptivos à avaliação de se os conteúdos pedagógicos estimulam efetivamente a curiosidade dos estudantes. Entretanto, a pesquisa realizada revela que a maioria dos entrevistados que atuam no ensino fundamental destaca a importância de abordar a sexualidade na escola, desde que seja de maneira informativa e não relacional, ou seja, tratando o assunto de forma impessoal e não vivencial.

A revisão da literatura acadêmica revelou que esse cenário é, diante das reflexões de De Melo (2018), moldado acerca do principal propósito da sexualidade, conforme definido pela moral sexual predominante, centrada na reprodução. Segundo essa perspectiva, qualquer ato sexual que não esteja alinhado a esse propósito é categorizado como uma anomalia ou aberração. Tal categorização decorre da análise de expressões sexuais, revelando vestígios de metas sexuais que antecedem a fase adulta e remontam à fase da sexualidade infantil. Em outras palavras, Freud argumenta que a sexualidade infantil deixa uma marca duradoura e presente em todas as manifestações de sexualidade na vida adulta (DE MELO 2018; PINTO e LIMA, 2016).

Neste contexto, é relevante ressaltar que em uma época em que a sexualidade infantil era considerada uma aberração, devido à crença predominante na assexualidade das crianças, influenciada pelas ideias de Jean-Jacques Rousseau, Freud desafia essa perspectiva ao introduzir a noção de bissexualidade. Ele destaca como as posições culturais moldam a construção do gênero, enfatizando que a pulsão sexual não se limita a atingir um objeto específico, mas possui um caráter amplo e versátil (DA SILVA e BENCHAYA, 2021).

Dessa forma, Freud aborda a atual supervalorização dos objetos materiais, que prevalece sobre o valor de uso desses objetos. Ele argumenta que a expressão da sexualidade na infância se manifesta de maneira transgressora e diversificada (DE MELO, 2018). Tais atividades são reflexos das formas pelas quais as crianças buscam prazer sexual, ocorrendo antes da diferenciação sexual baseada no falo, indicando que ainda não estão restritas pelas normas de gênero. Ao desafiarem inicialmente as ideias rígidas de gênero, que as categorizam estritamente como masculinas ou femininas, as crianças exploram essas fronteiras de gênero sem se submeterem aos rótulos culturais (DE MELO 2018; PINTO e LIMA, 2016).

A prevalência da concepção de uma infância assexuada na cultura contribui para a falta de compreensão das bases da sexualidade e do amor. Enquanto a educação moral repressiva receia a exploração dessa sexualidade infantil, a perspectiva psicanalítica considera essas informações esclarecedoras para entender a formação da vida amorosa na idade adulta. De acordo com De Melo (2018, p. 26), "Toda a atividade sexual infantil, ao cair sob a barra do recalque, concorre para a amnésia do infantil na vida adulta, o que explica as inibições sexuais, as formações reativas e mesmo a sublimação".

Dessa maneira, os autores exploram a sublimação como um instrumento potente no desenvolvimento durante o período de latência, que se estende do quinto ano de vida até a puberdade. Nessa fase, ocorre a transição da energia sexual para outros objetivos, destacando-se os intelectuais. A sublimação é então concebida como o redirecionamento das forças sexuais para novos objetos, fundamentado na renúncia pulsional. Adicionalmente, é destacado outro mecanismo crucial associado à sublimação, que atua em conjunto para dessexualizar o pensamento. Esse

mecanismo refere-se à força inibitória necessária, que age como um obstáculo à pulsão sexual, fortalecendo a sublimação e consolidando a inibição da pulsão em relação ao seu objetivo. Essa dinâmica possibilita a dessexualização do intelectual e, por conseguinte, da atividade intelectual da criança. Freud ressalta, portanto, a importância da inibição sexual nesse processo (CORRÊA, 2017).

O reconhecimento da sublimação como um mecanismo significativo para canalizar a energia sexual em direção a objetivos intelectuais destaca a importância da inibição nesse processo de desenvolvimento. Essa compreensão não apenas desafia a noção tradicional de uma infância assexuada, mas também lança luz sobre os possíveis impactos da repressão da sexualidade infantil (CORRÊA, 2017).

Por fim, é válido mencionar a respeito da percepção da sexualidade dentro do prisma psicanalítico no ensino remoto, onde a pesquisa de Carneiro e Scherer (2021) denota uma percepção de aprisionamento associada à escola, revelando como o ambiente escolar pode ser sentido como limitador da liberdade de movimento. Contudo, durante a pandemia, crianças e adolescentes expressaram saudades da instituição escolar, evidenciando a complexidade das emoções associadas ao ensino presencial. A escola é descrita não apenas como um local de regras, mas também como um espaço de criatividade e interação lúdica, onde enfim as manifestações agressivas e afetivas dos alunos revelam a expressão da sexualidade infantil.

Os autores também destacam as contribuições da teoria freudiana para entender a relação entre corpo e sexualidade, enfatizando a importância das zonas erógenas e a influência do Outro na construção do corpo erógeno. A pandemia, ao introduzir o ensino remoto, impactou a interação professor-aluno, alterando a percepção da presença real que normalmente depende da presença física. A ausência do contato físico nas relações entre professores e alunos durante o ensino a distância pode ser percebida na pesquisa como a pandemia afetou a relação professor-aluno e a participação do corpo no ensino remoto de maneiras complexas e multifacetadas (CARNEIRO e SCHERER, 2021).

3. EDUCAÇÃO INFANTIL

No âmbito educacional, a construção da noção de educação infantil representa um processo multifacetado que abrange não apenas a transmissão de conhecimentos formais, mas também a formação integral da criança em seus aspectos emocionais, sociais e, de forma significativa, no desenvolvimento da sua identidade sexual (Blankenheim et al., 2021). Este terceiro capítulo mergulha na complexidade desse constructo, explorando a interseção entre a educação infantil e a temática da sexualidade através das contribuições de Ciaffone e Gesser (2014), Spaziani e Maia (2015), Gava e Villela (2016), Pinto e Lima (2016), Silva e Ávila (2018), Ciribelli e Rasera (2019), Wenez e Macedo (2019), Blankenheim et al. (2021), Campos e Urnau (2021), e Da Silva e Benchaya (2021).

O entendimento dessa relação requer uma análise cuidadosa dos artigos encontrados que debatem a temática de como a sexualidade é abordada na primeira infância. Desde as raízes da psicanálise até as abordagens modernas de educação sexual, este capítulo busca traçar um paralelo dos dados obtidos entre como as percepções sobre a sexualidade na infância têm evoluído ao longo do tempo e como tais concepções impactam a prática pedagógica na educação infantil atualmente.

3.1 – Uma outra perspectiva para a educação infantil

Segundo a análise dos dados, percebe-se que a educação é concebida como um processo contínuo e complexo, abrangendo a transmissão de conhecimentos, valores, habilidades e atitudes, com o propósito de capacitar os indivíduos a compreender e interagir eficazmente com o mundo ao seu redor. Seu alcance se estende a diversos contextos, como família, escola, trabalho e comunidade (CIAFFONE e GESSER, 2014; DA SILVA e BENCHAYA, 2021). Além disso, a educação é um direito humano fundamental respaldado por legislações nacionais e internacionais. Ela pode ser percebida como um importante processo de construção de identidades, moldando sujeitos críticos e reflexivos capazes de agir de forma consciente e responsável na sociedade em que se inserem. Nessa perspectiva, a educação deve ser considerada um direito humano essencial, acessível a todas as pessoas, independentemente de sua origem, raça, gênero, orientação sexual, entre

outras características (GAVA e VILLELA, 2016). Isto corrobora com o que é trazido por Ciribelli e Raserá (2019, p.12):

É, pois, a escola, um dos palcos para as construções da diversidade sexual e, dessa forma, discutir a escola a partir das maneiras como ela ocupa esse lugar é fundamental, de tal forma que as desconstruções dos marcadores de gênero e da sexualidade normativa podem ganhar potência para a criação de direitos humanos para uma sociedade menos preconceituosa.

Neste cenário dinâmico, a educação infantil emerge como um terreno fértil para a internalização desses processos identitários. A compreensão de que a identidade é fluida e sujeita a transformações proporciona um arcabouço conceitual essencial para a promoção de abordagens educacionais que respeitem a diversidade e reconheçam as complexidades inerentes à construção da identidade desde os primeiros anos de vida (CIRIBELLI e RASERA, 2019).

Entretanto, desde a introdução da orientação sexual na escola pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a discussão tem se concentrado principalmente em temas como sexo, reprodução e doenças sexualmente transmissíveis, deixando de lado aspectos mais amplos da sexualidade como um direito, que abrangem prazer, autonomia, afetos, relações de gênero, igualdade e liberdade (GAVA e VILLELA, 2016). Abordar os direitos sexuais de crianças e adolescentes como direitos humanos é de extrema importância, especialmente em uma sociedade ainda predominantemente adultocêntrica e heterossexista. Isso implica a defesa da dignidade humana como um espaço de autodesenvolvimento e realização, em conformidade com as preferências individuais (CAMPOS e URNAU, 2021).

Conforme destacado por Blankenheim et al. (2021), é comum que as instituições educacionais abordem o tema da sexualidade de forma fragmentada, sutil e dispersa, priorizando, assim, uma abordagem cognitiva da aprendizagem. Essa abordagem resulta em um ensino de sexualidade que não é oficialmente reconhecido e não está integrado ao plano de uma sociedade inclusiva pautada nos princípios dos direitos humanos. Campos e Urnau (2021) enfatizam a injustiça de negligenciar os direitos sexuais durante a infância e adolescência, períodos cruciais de desenvolvimento nos quais os jovens demandam informações adequadas sobre saúde, reprodução e sexualidade, de maneira responsável e sem preconceitos.

Diante do reconhecimento de que, no ambiente escolar, os direitos sexuais não são devidamente reconhecidos como parte integrante dos direitos humanos, verifica-se uma lacuna que resulta na falta de estímulo ao exercício responsável da sexualidade (CAMPOS e URNAU, 2021). De maneira congruente, a análise de Ciribelli e Raserá (2019) conclui que, embora o gênero seja concebido como uma construção social, a experiência escolar desempenha um papel determinante na perpetuação da ideia de que o gênero está rigidamente vinculado ao sexo, sendo determinado por um determinismo biológico. Essa constatação torna-se evidente no conteúdo de palestras escolares que abordam diversos temas, como bullying, drogas, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, suicídio, depressão, violência sexual, regras de trânsito, doenças oculares e verminose. Tais atividades, caracterizadas por sua esporadicidade e falta de continuidade, fundamentam-se principalmente em apresentações orais de especialistas. Essa abordagem metodológica limita a interação e a troca de experiências entre os participantes, além de comprometer a construção de relações afetivas pautadas na confiança e no cuidado (CAMPOS e URNAU, 2021).

Contudo, desde a década de 1990, movimentos sociais no Brasil têm combatido práticas discriminatórias nas instituições educacionais, suscitando debates promovidos pelo Ministério da Educação. Essas deliberações culminaram na elaboração de documentos oficiais que respaldam a implementação de ações voltadas à diversidade sexual e de gênero. O propósito dessas intervenções é abordar a prevenção de doenças, promover a saúde e assegurar direitos, mediante a educação sobre o tema e a promoção de iniciativas destinadas a aprimorar a qualidade de vida individual e coletiva, bem como garantir a preservação da diversidade e dos direitos sociais (BLANKENHEIM et al., 2021).

Dentre diversas instituições públicas, a escola assume um papel proeminente como agente fundamental na promoção de práticas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável. Torna-se imperativo que a escola se configure como um ambiente propício ao pensamento crítico, estabelecendo espaços para reflexão e debates, e assim construindo uma cultura de prevenção à violência sexual e promoção dos direitos sexuais de crianças e

adolescentes (CAMPOS e URNAU, 2021). Conforme indicado na pesquisa conduzida por Blankenheim et al. (2021), a maioria das intervenções adota uma abordagem crítica, integrando as temáticas de sexualidade e gênero em contextos tanto individuais quanto sociais. Essa abordagem ressalta a importância de compreender a realidade cotidiana dos alunos, estabelecendo uma conexão entre seus pensamentos internos e os fenômenos sociais externos. Ademais, a intervenção vai além da simples provisão de informações sobre a dimensão biológica da sexualidade, buscando abordar a sexualidade como uma dimensão integradora do ser humano.

No âmbito da educação infantil, é fundamental ressaltar que a formação do corpo da criança é um domínio onde se estabelecem fronteiras derivadas das normas sociais, delineando de maneira tangível as disparidades de gênero. Manifestações evidentes dessas práticas educativas tornam-se aparentes quando uma educadora justifica a falta de capricho de um menino, ao mesmo tempo em que reforça a delicadeza de uma menina, ou ainda ao favorecer a distribuição diferenciada de brinquedos conforme o gênero das crianças envolvidas (CIRIBELLI e RASERA, 2019; WENETZ e MACEDO, 2019).

A escola exerce, portanto, uma função significativa na normatização ao instituir a heterossexualidade como a norma, concebendo-a como a expressão saudável e padrão da experiência sexual. Nesse contexto, a escola se posiciona como uma das instituições sociais que internalizam e normatizam as dinâmicas de gênero, a sexualidade de maneira abrangente e, especificamente, a homossexualidade (CIRIBELLI e RASERA, 2019).

No entanto, é crucial destacar que, embora a escola desempenhe um papel significativo na normatização, ela “também pode ser um espaço privilegiado para desconstruir naturalizações, visto que a ação pedagógica se dá pela linguagem” (CIRIBELLI e RASERA, 2019, p.3). Esta não apenas descreve, mas também constrói o que está sendo nomeado, criando uma abertura para novos significados. Concluindo, então, que a escola não apenas pode promover a desconstrução de significados acerca da sexualidade e do gênero, mas também possui o poder de

transformar a própria concepção da identidade de gênero e da sexualidade, mesmo quando há uma tendência à normatização heterossexual.

3.2 – A participação da docência na sexualidade

A instituição educacional desempenha uma função crucial no contexto da sexualidade, uma vez que se constitui como um espaço onde se disseminam conhecimentos, valores e padrões culturais. Além disso, ela assume um papel estratégico no enfrentamento da violência sexual e na promoção do empoderamento dos estudantes (CAMPOS e URNAU, 2021). Uma vez que a sexualidade se manifesta ainda que de forma espontânea, através de brincadeiras, jogos, autoerotismo e conversas sobre a temática, se torna possível identificar crianças vítimas de violência sexual que demonstram sinais na sala de aula. No entanto, a atenção e reflexão sobre essas expressões da sexualidade infantil dependem da formação do professor, e muitas vezes essas questões são negligenciadas (SPAZIANI e MAIA, 2015). Deste modo, é fundamental reconhecer que a escola não opera em um estado de neutralidade; pelo contrário, ela reflete uma determinada visão de mundo e sociedade, muitas vezes impregnada por desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Diante disso, torna-se imperativo pensar em estratégias de capacitação para os docentes (CAMPOS e URNAU, 2021).

A capacitação de educadores em sexualidade vai além da simples instrução cognitiva, buscando uma transformação na abordagem das expressões da sexualidade no contexto escolar. Essa transformação implica enfrentar as dificuldades cotidianas presentes na escola e considerar a influência dos discursos biomédicos, morais e religiosos na percepção da sexualidade pelos educadores (CIAFFONE e GESSER, 2014). Dado que a escola desempenha um papel crucial na formação de indivíduos de acordo com as normas sociais e culturais estabelecidas, ela também exerce influência na educação sexual das crianças, mesmo que de maneira não intencional. Portanto, é essencial que os professores reconheçam sua participação na formação da educação para a sexualidade infantil (SPAZIANI e MAIA, 2015).

Foi observado na análise da literatura a existência de um discurso que considera a criança como inocente, assexuada e incapaz de discutir a sexualidade, o que dificulta o diálogo entre professores e crianças. Existe um receio por estimular esta sexualidade por parte desses docentes, que evitam o diálogo sobre o tema e adiam a discussão sobre a sexualidade (CIAFFONE e GESSER, 2014; SPAZIANI e MAIA, 2015). Esse discurso leva a crer que as crianças não têm nada a acrescentar no debate e gera uma apreensão para os adultos em detrimento da manifestação da sexualidade infantil, resultando numa omissão por parte dos adultos em assumir a responsabilidade pela educação sexual infantil (DA SILVA e BENCHAYA, 2021).

Ao considerarmos o papel do professor, é importante reconhecer que “falamos de alguém que também possui uma subjetividade, foi criada de determinada forma, em dada cultura, com determinada educação, não podendo ficar isenta das marcas inconscientes” (DA SILVA e BENCHAYA, 2021, p.123). Essas influências podem resultar na perpetuação de tabus, ou seja, crenças que o professor internalizou como verdades, e que influenciarão a maneira como ele aborda determinados conteúdos. Dessa maneira, é crucial destacar que as diferenças de sentido entre adultos e crianças em relação à educação infantil são significativas. As crianças dão significados para o mundo no qual estão inseridas de uma forma específica relacionada ao mundo infantil, ou seja, a partir de uma lógica própria que é diferente da lógica do adulto. As significações adultas sobre o mundo infantil, na maioria das vezes, apagam o caráter de testagem/exploração das crianças para com a diferença. Essas significações empobrecem e desvalorizam os sentidos que a própria criança cria para o mundo e, em outro âmbito, podem delimitar o dinamismo de sentidos possíveis para interpretá-lo (CIRIBELLI e RASERA, 2019).

O estudo conduzido por Ciaffone e Gesser (2014) reforça a ideia de que os profissionais da educação enfrentam desafios ao lidar com as expressões de sexualidade das crianças, assim como diante das preocupações e questionamentos dos pais sobre o tema. A pesquisa dos autores ressaltou que alguns professores manifestam julgamentos morais em relação aos gostos musicais de certas crianças

e membros da comunidade local, especialmente em relação ao estilo funk, argumentando que isso poderia contribuir para a erotização precoce das crianças.

Os estudos de Gava e Villela (2016) também enriquecem essa visão ao abordarem a intrínseca complexidade dos desafios presentes, que demandam mudanças em percepções, padrões culturais e visões de mundo que não se estabelecem rapidamente. Os autores acreditam que essa abordagem da Educação em Sexualidade pode ser explicada pela dificuldade que os profissionais da educação enfrentam ao separar seus próprios valores dos valores preconizados nas diretrizes e políticas relacionadas ao tema. Além disso, ressaltam, em conjunto com Campos e Urnau (2021), que a inclusão de uma constelação de direitos humanos em processo de legitimação, com um foco especial na dimensão da sexualidade, ainda não devidamente reconhecida é parcialmente responsável por isto.

Sendo assim, as políticas que introduzem a educação sexual nas escolas apresentam uma contradição em relação ao papel do professor. Na prática, isso implica que a responsabilidade pelo desenvolvimento dessa temática em sala de aula recai quase exclusivamente sobre esses profissionais da Educação, sem a devida garantia de formação e supervisão, e sem a exigência de consistência teórica e metodológica (GAVA e VILLELA, 2016). É um dado crucial para refletir sobre até que ponto a responsabilidade é exclusivamente do profissional.

Isto posto, a instrumentalização dos professores ainda é essencial para promover diálogos construtivos, que desafiem estereótipos e preconceitos, envolvendo não apenas as crianças, mas também os pais e a comunidade (DA SILVA e BENCHAYA, 2021). Corroborando com isto, os autores Spaziani e Maia (2015) trazem em seu texto o entendimento que a educação para a sexualidade na esfera escolar tem por objetivo proporcionar um espaço para a expressão das crianças, promovendo a análise crítica das dinâmicas de poder e das construções de gênero. Indicando também a compreensão de que a sexualidade infantil e o conhecimento sobre a violência sexual contra crianças por parte dos professores são indicadores significativos de proteção e cuidado em benefício da criança. Da mesma forma, os dados apontam que crianças bem-informadas sobre esses assuntos são menos vulneráveis do que aquelas sem informação, uma vez que as

últimas podem ser mais facilmente coagidas a manter em segredo casos de violência.

No entanto, é indispensável destacar que a educação sexual na escola é importante para prevenção da violência sexual, mas não pode ser orientada apenas para esse viés protetivo. É preciso ter cuidado para não reforçar uma condição de dependência e de não autonomia das crianças e adolescentes. Diante disso, é essencial criar espaços de resistência e reflexão, e trabalhar na perspectiva dos direitos humanos implica em envolver todas as partes da comunidade escolar - diretores, supervisores, orientadores, professores, alunos e a comunidade em geral - em um diálogo aberto para encontrar soluções e promover um ambiente educacional mais inclusivo e propício ao bem-estar de todos (CAMPOS e URNAU, 2021).

Os esforços de Silva e Ávila (2018) contribuem para a análise ao abordarem como os sujeitos que desafiam as normas de heterossexualidade são frequentemente estigmatizados, e como a escola, como um ambiente normativo, contribui para a perpetuação desses estereótipos negativos. A presença de professores que desafiam as expectativas de gênero pode ser vista como perturbadora para alguns, levando à preocupação dos pais sobre a influência da sexualidade não heterossexual em seus filhos. Isso reflete uma preocupação mais ampla da sociedade contemporânea em relação ao desconhecido e ao futuro, levando a um desejo de prevenir ou evitar situações percebidas como ameaçadoras. Dessa forma, questionar a sexualidade dos professores e expressar surpresa com sua presença na escola funciona como um mecanismo para avaliar possíveis riscos e demonstrar vigilância por parte das famílias em relação à segurança de seus filhos na escola.

Ciribelli e Raser (2019) destacam que, por outro lado, a escola desempenha um papel fundamental na desarticulação dos mecanismos que estabelecem a heterossexualidade como a norma social predominante. Além disso, ela representa a possibilidade de instaurar novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, especialmente se valores, crenças, representações e práticas associadas a preconceitos, discriminações e violências

de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica forem questionados ou desafiados.

Finalmente, a análise da literatura acadêmica levantada permitiu compreender que os discursos hegemônicos, que têm o poder de estabelecer classificações, culminam em processos de normatização, buscando controlar sexualidades dissidentes e promovendo a heterossexualidade como a única forma aceitável de orientação sexual. Ato discriminatórios são frequentemente justificados como uma suposta forma de proteção contra a homofobia enraizada na sociedade. Em outras palavras, a restrição e readequação das manifestações de sexualidade fora da norma são defendidas como uma medida para evitar sofrimento ou situações de violência (CIRIBELLI e RASERA, 2019; GAVA e VILLELA, 2016). Portanto, a capacitação de professores para entender as manifestações de sexualidade como parte natural do desenvolvimento infantil pode desencadear uma ruptura com a tendência de patologização dessas expressões, promovendo a saúde tanto das crianças quanto dos educadores (CIAFFONE e GESSER, 2014). A edificação de um ambiente voltado para a democracia e a diversidade pode, assim, representar um passo significativo na desconstrução de estereótipos de gênero e na formação de uma sociedade mais igualitária (SILVA e ÁVILA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseção entre sexualidade e educação infantil é um terreno complexo e abstruso que demanda uma cuidadosa reflexão. Ao longo deste percurso de análise, exploramos as interconexões entre esses dois elementos cruciais que moldam a experiência humana desde os primeiros anos de vida. A política surge em meio ao debate enquanto força orientadora das estruturas sociais, no qual tem o poder de influenciar diretamente a educação infantil, moldando não apenas os currículos, mas também os valores e as normas que são transmitidos às gerações emergentes (BRITO, 2020; LEITE, 2019). Simultaneamente, a sexualidade, uma dimensão inerente à condição humana, desempenha um papel fundamental na formação da identidade e na compreensão do mundo, destacando a necessidade

de abordagens sensíveis e inclusivas na educação infantil (CIRIBELLI e RASERA, 2019).

A análise destaca como o conservadorismo afeta a educação em direitos humanos, a partir de preceitos morais como a privatização, teocratização e militarização. As políticas de um governo pautado no conservadorismo ameaçam a diversidade, limitando a liberdade de expressão e prejudicando a promoção da educação em direitos humanos. Portanto, os textos nos mostram a interseção entre política e sexualidade no Brasil, destacando como as manifestações de 2013 influenciaram o cenário político subsequente, com consequências significativas para as discussões sobre gênero e sexualidade no país (BRITO, 2020; DE FRANCO e FILHO, 2020).

Além disso, o levantamento de dados no segundo capítulo concentrou-se em temas nodais para o entendimento no debate da noção própria de sexualidade, trazendo as interseções entre sexualidade, gênero e identidade, os atravessamentos políticos e morais, direitos sexuais, violência e exploração sexual, além das contribuições da psicanálise para compreender a dimensão sexual (CIRIBELLI e RASERA, 2019; SILVA e ÁVILA, 2018; WENETZ e MACEDO, 2019). Os artigos selecionados abordam intervenções educativas, a formação de vínculos entre professores e alunos no contexto digital, o papel da educação sexual na prevenção da violência de gênero, e os desafios na expressão de gênero e sexualidade.

A dimensão política e moral da sexualidade que também é explorada, evidencia como a sexualidade se torna um campo de confronto para ideologias, legislações e movimentos sociais. O embate entre conservadorismos e moralidades relacionadas ao gênero e à sexualidade é destacado, com implicações nas políticas públicas e no ambiente escolar (LEITE, 2019). Vale destacar que, diante da dimensão política da sexualidade no Brasil, se faz a necessidade de um aprofundamento da pesquisa para esta dimensão, devido a sua complexidade de aspectos. Ainda assim, a discussão propõe uma reflexão sobre a complexidade dessas interseções, buscando compreender e promover ambientes educacionais mais inclusivos e sensíveis à diversidade, reconhecendo as crianças e adolescentes

como sujeitos de direitos capazes de participar ativamente na construção das normas sociais (GAVA e VILLELA, 2016). Neste cenário, é conveniente indagar que: o quão impactante a figura de um psicólogo nas instituições escolares poderia ser?

Já a literatura analisada no terceiro capítulo, nos permitiu reconhecer as tensões e desafios que emergem na prática educacional. Questões de diversidade, inclusão, e respeito à individualidade tornam-se pontos fulcrais, especialmente no contexto da educação infantil, onde as mentes jovens estão em formação (CIRIBELLI e RASERA, 2019). A abordagem política para temas como orientação sexual, identidade de gênero e diversidade familiar impacta diretamente o ambiente educacional, influenciando as percepções e atitudes das crianças em relação a si mesmas e aos outros (CAMPOS e URNAU, 2021; GAVA e VILLELA, 2016).

A formação do professor no contexto da educação sexual, à luz dos textos discutidos, emerge como um desafio fundamental e complexo. Os autores abordam a necessidade de uma preparação pedagógica que vá além da mera transmissão de informações biológicas, englobando uma compreensão aprofundada das dimensões psicossociais e culturais da sexualidade (CIAFFONE e GESSER, 2014). A formação docente deve incorporar uma abordagem sensível e inclusiva, reconhecendo a diversidade de experiências e identidades presentes na sociedade contemporânea (SPAZIANI e MAIA, 2015). Além disso, destaca-se a importância de instrumentalizar os educadores para lidar com possíveis resistências e conflitos provenientes de diferentes perspectivas culturais e ideológicas (DA SILVA e BENCHAYA, 2021). Nesse sentido, os textos ressaltam a necessidade de uma formação contínua, reflexiva e crítica, que capacite os professores não apenas a transmitir informações, mas também a criar ambientes educacionais seguros, abertos ao diálogo e respeitosos da autonomia dos alunos (GAVA e VILLELA, 2016). A formação do professor na educação sexual, conforme discutido nos textos, é fundamental para promover práticas educativas mais inclusivas, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e respeitosa da diversidade de vivências e expressões da sexualidade (CAMPOS e URNAU, 2021).

Diante dos acontecimentos debatidos, concluo que é essencial criar um ambiente propício para a reflexão e formulação de estratégias que fomentem o

respeito à diversidade, incentivem a compreensão e aceitação das diferenças, ao mesmo tempo em que salvagam o direito à liberdade individual. Deste modo, é evidente que as contribuições acadêmicas vão na contramão dessa visão conservadora e moral da sexualidade, tornando então, imprescindível considerar a necessidade de expandir a pesquisa para compreender a dimensão política e sua relação com práticas educacionais, influenciando não apenas a sexualidade contemporânea, mas também a futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. A. DA S.. REFORMAS CONSERVADORAS E A “NOVA EDUCAÇÃO”: ORIENTAÇÕES HEGEMÔNICAS NO MEC E NO CNE, *Educação & Sociedade*, v. 40, p. e0225329, 2019.

BLANKENHEIM, Thaís et al. Intervenções educativas para aprendizagem acerca de sexualidade e gênero no Brasil: uma revisão de escopo. *Psicologia da Educação*, n. 53, p. 66-75, 2021.

BRAGA, I. F. et al.. Crise da democracia brasileira e o cotidiano de pessoas dissidentes de gêneros e sexualidades: reflexões baseadas na terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 2, p. 693–705, abr. 2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm > Acesso em 11 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. É aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em:

< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em 11 jun. 2023.

BRASIL. Projeto de lei da Câmara nº 13.005, 2012. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/115813.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2023.

BRITO, Lucas. **Política Sexual do Bolsonarismo**. Orientador: CARLOS ALBERTO FERREIRA LIMA. 2020. 245 p. DISSERTAÇÃO (Mestrado em POLÍTICA SOCIAL) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2020.

CAMPOS, D. C.; URNAU, L. C.. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA ESCOLA. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 25, p. e221612, 2021.

CARNEIRO, Cristiana; SCHERER, Larissa Costa Beber. Corpos estranhos ou não-corpos: reflexões sobre a participação do corpo no ensino não presencial. *Estilos da Clínica*, v. 26, n. 1, p. 4-16, 2021.

CIAFFONE, Adriane Costa et al. Integração saúde e educação: contribuições da psicologia para a formação de educadores de uma creche em sexualidade infantil. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 34, p. 774-787, 2014.

CIRIBELLI, Carlos José de Moura; RASERA, Emerson Fernando. Construções de sentido sobre a diversidade sexual: outro olhar para a educação infantil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, 2019.

CORRÊA, Crístia Rosineiri Gonçalves Lopes. A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, p. 379-386, 2017.

DA SILVA, Wilian Gomes; BENCHAYA, Mariana Canellas. Sexualidade infantil: a percepção de professores de uma escola do município de Osório/RS. *Aletheia*, v. 54, n. 2, 2021.

DE FRANCO, Clarissa; FILHO, Eduardo, A TEOCRATIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO: PERSPECTIVAS ANTI DEMOCRÁTICAS E CONTRÁRIAS À EDUCAÇÃO, [s.l.: s.n.], 2020.

DE MELO, Rosane Braga de. O real infantil e a atualidade dos" Três ensaios". *Revista de Psicanálise Stylus*, n. 35, p. 23-31, 2018.

FERREIRA, Franklin Douglas; RODRIGUES CAVALCANTI, Cacilda; CAVALCANTI, Eblin; DIAS, Raquel; SILVA DE OLIVEIRA BRANDÃO, Selma Maria. Educação e cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro. *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, p. 312-330, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165167018>. Acesso em: 14 outubro 2023.

FERREIRA, M.; TAVARES, F. DE 2013 A 2016: AS RUAS E RESSIGNIFICAÇÕES POLÍTICAS. *Jul/Dez*, v. 22, n. 1981-2140, p. 1–159, 2016.

GAVA, T.; VILLELA, W. V.. EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: desafios políticos e práticos para a escola. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 24, p. 157–171, set. 2016.

HADAD, A. C. C. .; SOUZA, V. F. H. G. de . Sexual violence against children and adolescents: epidemiological characterization of cases before and during the Covid-19 pandemic in the state of Pará. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 12, n. 6, p. e3512641938, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i6.41938. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41938>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LEHER, Roberto. Políticas educacionais em contexto neoliberal e neoconservador: renovação ou restauração?. *Inter-Legere*, v. 4, n. 31, p. 1-22, 2021.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, p. 119-142, 2019.

LIMA, Paula Miranda. O direito das famílias contemporâneo e a Perspectiva da Frente Parlamentar Evangélica: Tensões e Horizontes. Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2019. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, 2019.

LOPES, A. L. M.; FRACOLLI, L. A.. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 771–778, out. 2008.

PINTO, Paula Julianna Chaves; LIMA, Maria Celina Peixoto. El caso Hans y la educación psicoanalíticamente orientada: lectura y crítica de una experiencia inaugural. *Estilos da Clínica*, v. 21, n. 1, p. 80-95, 2016.

REIS, Mariana Cristina Lima. A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM RELAÇÃO AO GÊNERO: sexualidade infantil, discriminação social e relações de poder. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SCHERER-WARREN, I.. MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, v. 27, n. 71, p. 417–429, jun. 2014.

SILVA, André L. S.; ÁVILA, Richard S. A inserção de homens professores de educação física na educação infantil: entre o medo das sexualidades desviantes e a (re)produção de um currículo heteronormativo. *Pensar a Prática*, v. 21, n. 2, p. 433-443, 2018.

SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA: concepções de professoras. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 maio 2023.

STRÜCKER, B., e HAHN, N. B. (2019). Pela Família, por Deus, e pelo Fim da Corrupção: a utilização do discurso religioso no debate político brasileiro. *Coisas do Gênero*, 5(1), 56-72. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/3653> . Acesso em: 14 outubro 2023.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. *Estudos IAT*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 310-329, set. 2019. Disponível em: <http://estudosiat.sec.ba.gov.br>. Acesso em: 14 outubro 2023.

WENETZ, Ileana; MACEDO, Christiane Garcia. Masculinidade (s) no balé: gênero e sexualidade na infância. *Movimento*, v. 25, p. e25081, 2022.

ANEXOS

Artigos	Revista	Qualis Capes	Autores
<u>Integração saúde e educação: contribuições da psicologia para a formação de educadores de uma creche em sexualidade infantil</u>	PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO	A2	CIAFFONE, Adriane Costa e Rocha; GESSER, Marivete
<u>Sexualidade infantil: a percepção de professores de uma escola do município de Osório/RS</u>	ALETHEIA	B1	DA SILVA, Wilian Gomes; BENCHAYA, Mariana Canellas
<u>Intervenções educativas para aprendizagem acerca de sexualidade e gênero no Brasil: uma revisão de escopo</u>	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (IMPRESSO)	A2	BLANKENHEIM, Thaís; Ramos, Natacha Führ; Pizzinato, Adolfo; Costa, Angelo Brandelli
<u>Corpos estranhos ou não-corpos? Reflexões sobre a participação do corpo no ensino não presencial</u>	Estilos da clínica	A3	CARNEIRO, Cristiana; SCHERER, Larissa Costa Beber.
<u>Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras</u>	REVISTA PSICOPEDAGOGIA	A3	SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi
<u>Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola</u>	Psicologia escolar e educacional	A2	CAMPOS, Denise Carvalho; URNAU, Lílian Caroline
<u>Masculinidade(s) no balé: gênero e sexualidade na infância</u>	MOVIMENTO (UFRGS. IMPRESSO)	B1	WENETZ, Ileana; MACEDO, Christiane Garcia

<u>Em defesa das crianças e da família": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade</u>	SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD (RIO DE JANEIRO)	B2	LEITE, Vanessa
<u>O caso Hans e a educação psicanaliticamente orientada: leitura crítica de uma experiência inaugural</u>	Estilos da clínica	A3	PINTO, Paula Julianna Chaves; LIMA, Maria Celina Peixoto
<u>Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil</u>	PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO	A2	CIRIBELLI, Carlos José de Moura; RASERA, Emerson Fernando
<u>A inserção de homens professores de educação física na educação infantil: entre o medo das sexualidades desviantes e a (re)produção de um currículo hetero-normativo</u>	Pensar a prática	B2	SILVA, André Luiz dos Santos; ÀVILA, Richard Simon
<u>O real infantil e a atualidade dos Três ensaios</u>	Stylus	B1	DE MELO, Rosane Braga
<u>A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas</u>	Psicologia escolar e educacional	A2	CORRÊA, Crístia Rosineiri Gonçalves Lopes
<u>Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola</u>	Sexualidad, salud y sociedad	B2	GAVA, Thais; VILLELA, Wilza Vieira